

# SUMÁRIO

## Art. 1º

» Fundamento constitucional .....	1
» Comando normativo .....	1
» Inelegibilidade. Fundamento constitucional .....	1
» Âmbito valorativo da improbidade administrativa na Constituição brasileira de 1988 .....	2
» Plano administrativo da improbidade .....	2
» Inconstitucionalidade formal .....	2
» Entendimento do STF .....	2
» Inconstitucionalidade material .....	3
» Afastamento da inconstitucionalidade material .....	3
» Inconstitucionalidade no alcance a particular .....	3
» Constitucionalidade da LIA .....	3
» Constitucionalidade do rol de sanções da LIA .....	4
» Inconstitucionalidade: ausência de tipos cerrados .....	4
» Inconstitucionalidade: variedade de sanções e graduações .....	4
» Dificuldade em conceituar improbidade .....	4
» Conceito semântico de improbidade .....	4
» Improbidade como desonestidade .....	5
» Dever de probidade .....	5
» Ilegalidade administrativa não é improbidade .....	5
» Exercício da função administrativa .....	5
» Conceito de improbidade administrativa .....	5
» Má gestão pública, improbidade e corrupção .....	6
» Necessidade de caracterização nítida da improbidade e não mera ameaça	6
» Elementos configuradores de um ato ímprobo .....	6
» Sujeito passivo do ato de improbidade .....	6
» Sujeito ativo do ato de improbidade .....	7

» Violação a algum princípio publicista .....	7
» Verificação de ofensa a princípio publicista .....	7
» Ato de improbidade como disfunção decorrente de ofensa a princípios .....	7
» Violação a um tipo específico .....	7
» Elemento subjetivo .....	7
» Conceito de dolo .....	7
» Dolo, desonestidade, má-fé .....	8
» Dolo direto e dolo eventual .....	8
» Dolo eventual .....	8
» Situações de dolo direto e de dolo eventual .....	8
» Dolo eventual e improbidade administrativa .....	9
» Dolo não se presume .....	9
» Falta de atenção .....	9
» Ato de improbidade. (conduta dolosa ou culposa) .....	9
» Elemento subjetivo: dolo ou culpa .....	9
» Conceito de culpa .....	9
» Tipo culposo .....	10
» Perspectiva do direito penal .....	10
» Princípio da culpabilidade .....	10
» Requisitos para configuração de improbidade administrativa .....	10
» Necessidade de verificação do elemento de desonestidade .....	10
» Necessidade de verificação de dolo .....	11
» Necessidade de existência de dolo ou culpa a depender da previsão legal ..	11
» Em regra exige-se a verificação do elemento subjetivo dolo. Dolo (art. 9º e 11). Culpa (art. 10) .....	11
» Improbidade <i>versus</i> falta funcional .....	12
» Improbidade culposa: ficção legal .....	13
» Má-fé como premissa do ato ímprobo .....	13
» Inadmissibilidade de responsabilidade objetiva .....	13
» Impossibilidade de dolo presumido .....	13
» Dolo genérico .....	13
» Perspectiva do direito penal .....	14

» Dolo genérico com nota especial de má-fé .....	14
» Comprovação do dolo genérico .....	14
» Direito administrativo sancionador e dolo genérico .....	14
» Dolo específico. Conceito .....	15
» Distinção entre dolo genérico e dolo específico .....	15
» Desnecessidade de dolo específico .....	15
» Não cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta como configura- dor da má-fé .....	15
» Lei nº 13.655/2018: dolo ou erro grosseiro .....	15
» Culpa grave .....	15
» Conceito de culpa grave .....	16
» Espécies de culpa grave .....	16
» Necessidade de verificação de culpa grave .....	16
» Art. 10 da LIA e omissão ilícita culposa .....	16
» Erro grosseiro .....	16
» Perspectiva da Lei nº 13.655/2018 .....	17
» Inabilidade administrativa .....	17
» Presunção de legitimidade afasta a presença do dolo .....	17
» Descumprimento de súmula vinculante não configura improbidade .....	17
» Contratação de servidor fundada em lei posteriormente declarada inconsti- tucional. Não configuração de dolo .....	18
» Agente público inábil .....	18
» Inabilidade administrativa e margem de erro tolerável .....	18
» Inaplicação da LIA ao agente inábil, despreparado .....	18
» Repercussão do ato ímprobo. Insignificância ou bagatela .....	19
» Aplicação do princípio da insignificância (bagatela) .....	20
» Princípio da proporcionalidade .....	21
» A Insignificância como parâmetro .....	21
» Ato ímprobo de baixo potencial ofensivo e arquivamento .....	21
» Cultura administrativa .....	21
» Adequação social .....	21
» Mera irregularidade administrativa .....	21
» Mera irregularidade administrativa não configura improbidade. ....	21

» Mera transgressão disciplinar não configura improbidade administrativa .....	22
» Mera falta funcional não configura improbidade administrativa .....	22
» Improbidade administrativa tentada. Não alcance da LIA .....	22
» Ato preparatório .....	22
» Distinção entre a desnecessidade de comprovação de dano e tentativa .....	23
» Improbidade como administrativa como ilícito de resultado .....	23
» Desnecessidade de demonstração de prejuízo .....	23
» Atos de improbidade e ausência de prejuízo .....	23
» Ilegalidade <i>versus</i> improbidade .....	23
» Confusão entre legalidade e improbidade .....	24
» Atos ímprobos são mais do que atos ilegais .....	24
» Ilegalidade e improbidade não são conceitos intercambiáveis .....	24
» Improbidade é ilegalidade com má-fé .....	24
» Improbidade como conduta antijurídica desonesta .....	24
» Improbidade como ilegalidade coadjuvada com a má-fé .....	24
» Improbidade é uma ilegalidade com um <i>plus</i> .....	25
» A LIA não pune a mera ilegalidade .....	25
» Improbidade como ilegalidade tipificada e qualificada .....	25
» Moralidade <i>versus</i> probidade .....	26
» Indistinção semântica .....	26
» Associação de sentidos semânticos .....	26
» Dificuldade de distinção .....	26
» Perspectiva constitucional .....	26
» Imoralidade e improbidade: distinção .....	26
» Improbidade e imoralidade: ausência de identidade .....	27
» Improbidade não se confunde com imoralidade no direito positivo .....	27
» Improbidade administrativa como imoralidade administrativa qualificada .....	27
» Improbidade como imoralidade tipificada .....	27
» Probidade como subprincípio da moralidade .....	28
» Objeto tutelado .....	28
» Probidade administrativa .....	28
» Omissão administrativa .....	28

» Alteração de uma cultura administrativa .....	28
» Cultura administrativa vigente .....	29
» Direito difuso .....	29
» Proibidade administrativa como direito difuso .....	29
» Proibidade como bem jurídico metaindividual .....	29
» Interesse transindividual .....	29
» Ação de improbidade como garantia processual coletiva .....	29
» Proibidade como direito fundamental .....	30
» Legitimados .....	30
» Legitimação do Ministério Público na defesa de direitos difusos. Restituição ao erário .....	30
» Exercício da função administrativa .....	31
» Exercício da função administrativa e improbidade .....	31
» Aplicação da LIA no exercício da função pública .....	31
» Exclusão dos atos legislativos e dos atos jurisdicionais .....	31
» Função não administrativa e não responsabilização perante a LIA .....	32
» Responsabilização do magistrado pelos atos ímprobos que praticar .....	32
» Ato legislativo praticado por não parlamentar e aplicação da LIA .....	32
» Não parlamentar. Chefe do Executivo. Agência reguladora .....	32
» Imunidade parlamentar e improbidade .....	32
» Não consideração da imunidade parlamentar para efeitos da LIA .....	33
» Impossibilidade de punição pela LIA em razão de ato legislativo típico .....	33
» Aprovação de decreto legislativo não constitui ato de improbidade .....	33
» Ato normativo de efeito concreto .....	33
» Ato normativo de efeito concreto. Definição .....	34
» Alcance a não parlamentares .....	34
» Atos legislativos impróprios .....	34
» Improbidade de vereadores que majoram sua própria remuneração .....	34
» Majoração de subsídios de agentes políticos em contrariedade à Constituição. Improbidade Administrativa. Controle de ato legislativo de efeito concreto .....	34
» Desvirtuamento da finalidade ressarcitória de diárias para viagem de vereadores. Ofensa ao princípio da moralidade .....	35

» Necessidade de comprovação do dolo específico nos casos de improbidade legislativa por aprovação de lei de efeito concreto .....	36
» Natureza jurídica da LIA .....	37
» Natureza penal .....	37
» Aplicação de outras sanções. Independência de instâncias .....	37
» Natureza jurídica diversificada ou plúrima das normas da LIA .....	37
» Natureza civil e política .....	37
» Natureza civil .....	37
» Natureza extrapenal .....	38
» Competência legislativa .....	38
» Âmbito de incidência .....	38
» Aplicabilidade nacional .....	38
» A questão da competência legislativa .....	38
» Aplicabilidade temporal .....	39
» Princípio da anterioridade .....	39
» Princípio da irretroatividade normativa .....	39
» Aplicação de outras normas que não de improbidade administrativa .....	39
» Ressarcimento .....	39
» Impossibilidade de aplicação de sanção no juízo cível em relação a fatos anteriores a vigência da LIA .....	39
» Irretroatividade da LIA .....	40
» Aplicabilidade de norma processual .....	40
» <i>Tempus regit actum</i> .....	40
» Alteração da LIA e norma mais benéfica .....	41
» Alteração legislativa e ato praticado sob a égide de legislação mais gravosa .....	41
» Irretroatividade da norma mais gravosa .....	41
» Conduta permanente ou continuada .....	41
» Ilícitos permanentes e continuados e bloco normativo .....	41
» Sujeito passivo do ato de improbidade .....	42
» Entidade paraestatal .....	42
» Gestão de recursos públicos .....	42
» Comparação entre as entidades públicas e as entidades privadas na LIA .....	42

» Administração Pública. Definição .....	42
» Rol dos sujeitos passivos .....	42
» Consórcio público de direito privado. ....	42
» Empresa estatal .....	43
» Conselho de fiscalização profissional como sujeito passivo da LIA .....	43
» OAB como sujeito passivo de ato de improbidade administrativa .....	44
» Outras entidades .....	44
» Pessoa jurídica com recursos públicos .....	44
» Entidades privadas conectadas com a Administração Pública .....	44
» Aplicação da LIA independente de dano .....	44
» Limitação da repercussão do ilícito e aplicação das demais sanções .....	44
» Prejuízo que ultrapassar o montante de contribuição do erário .....	44
» Empresa incorporada .....	45
» Entidade criada ou custeada pelo erário .....	45
» Contribuição de exatos 50% .....	45
» Entidade beneficiada por empresa pública .....	45
» Conceito alargado de “público” para a LIA .....	45
» Sindicato como sujeito passivo de ato de improbidade .....	46
» Sindicato. Afastamento da natureza de parafiscalidade .....	46
» Lei nº 13.467/2017 (Reforma trabalhista) e suas implicações .....	46
» Natureza da receita .....	46
» Serviços sociais autônomos como sujeito passivo de ato de improbidade administrativa. ....	46
» Sistema S e competência da justiça estadual .....	47
» Partido político como sujeito passivo de ato de improbidade .....	47
» Dirigentes de partidos políticos como eventuais destinatários de ação civil de improbidade administrativa .....	47
» Desvio de verbas de Fundo Partidário. Competência da Justiça Federal .....	47
» Entidade privada que recebe fomento .....	48
» Fomento recebido por entidade privada (terceiro setor) .....	48
» Alcance amplo da norma .....	49
» Necessidade de manuseio de recurso público .....	49
» Limitação ao recurso público malversado .....	49

» Utilização indevida de subvenções, isenções, remissões, subsídios, anistias e benefícios creditícios .....	50
» Recurso público em entidade privada .....	50
» Entidade privada que recebe subvenção .....	50
» Definição de “subvenção” .....	50
» Vedação à subvenção .....	50
» Regime jurídico aplicável à entidade do Terceiro Setor. ....	50
» Limite da sanção patrimonial .....	51
» Custeio indireto do terceiro setor .....	51
» Cessão de pessoal e bens públicos .....	51
» Disposição expressa na LIA .....	51
» Entidade privada que recebe benefício ou incentivo .....	51
» Benefício ou incentivo de forma individualizada .....	51
» Agente particular colaborador .....	52
» Concessionária e permissionária .....	52
» Situação excepcional .....	53
» PPP .....	53
» Cartório não oficializado .....	53
» Remuneração por emolumentos .....	54
» Pessoa jurídica interessada .....	54
» Pessoa física .....	54

**Art. 2º**

» Sujeito ativo do ato de improbidade .....	54
» Sujeito ativo que não pratica o ato ímprobo em si .....	54
» Sujeito passivo processual .....	55
» Sujeito ativo do ato de improbidade administrativa. Sujeito passivo processual .....	55
» Conceito de “agente público” pela LIA .....	55
» Agente público e alcance da expressão .....	55
» Agente público remunerado ou não .....	56
» Alcance maior do que a expressão “funcionário público” .....	56
» Agente público estrangeiro .....	56



» Necessidade que o ato seja praticado em razão da atuação como agente público .....	56
» Exemplificando .....	56
» Responsabilização em outra esfera .....	57
» Necessidade de o ato ser praticado em razão da condição de agente público .....	57
» Ato irregular praticado na esfera particular do indivíduo .....	57
» Falsificação de contracheque .....	57
» Médico do SUS atuando como particular. Inaplicação da LIA .....	57
» Impossibilidade de aplicação da LIA por ausência de nexo causal entre a conduta ilegal e o exercício das funções inerentes à relação empregatícia ...	58
» Prática de ato improprio antes de assumida a função pública .....	58
» Agente privado equiparado a agente público .....	59
» Não aplicação da LIA aos empregados de concessionárias e permissionárias .....	59
» Responsabilidade de dirigentes das pessoas de direito privado (paraestatais) .....	59
» Agentes que exercem atividade privada mas que recebem numerário de origem pública .....	60
» Convergência entre os direitos público e privado quando se tem dinheiro público envolvido .....	60
» Médico credenciado pelo SUS e cometimento de improbidade: atendimento pelo sistema privado .....	60
» Serviço não financiado pelo SUS. Impossibilidade de responsabilização por improbidade .....	61
» Natureza do vínculo e inaplicação total da LIA .....	62
» Particular equiparado a agente público .....	62
» Função delegada e possibilidade de responsabilização por improbidade. Hospitais e médicos conveniados ao SUS .....	62
» Entidade carnavalesca. Ausência de prestação de contas da subvenção recebida .....	62
» Alcance dos agentes de fato pela LIA .....	63
» Agente de fato e ato voluntário do ente lesado .....	63
» Particulares colaboradores .....	63
» Agentes honoríficos respondem perante a LIA .....	63

» Jurados, leiloeiros, tradutores, intérpretes públicos e agentes delegados são alcançados pela LIA .....	63
» Não alcance de advogados privados .....	63
» Delegatário das serventias notariais e de registro .....	64
» Não aplicação da LIA aos árbitros .....	64
» Agente público competente .....	64
» Conduta do agente público competente .....	64
» Conceito de “agente público competente” .....	64
» Delegação e responsabilidade .....	64
» Responsabilidade inteiramente do agente delegado .....	65
» Irresponsabilidade do agente delegante .....	65
» Responsabilidade cumulativa (delegante e delegado) .....	65
» Autoridade delegada como responsável por ilicitude .....	65
» Agente delegante e culpa <i>in vigilando</i> .....	65
» Agente delegante e culpa <i>in eligendo</i> .....	66
» Avocação .....	66
» Improbidade por omissão .....	66
» Art. 10 da LIA e omissão ilícita culposa .....	66
» Omissão de magistrado e membro do Ministério Público .....	66
» Dever de controle .....	66
» Impossibilidade de responsabilização em razão de desconhecimento técnico .....	67
» Não corresponsabilização de sucessor .....	67
» Responsabilização por desídia no controle de frequência de servidores .....	67
» Dever de controle e responsabilidade solidária pelo prejuízo ao erário .....	67
» Dever de representação .....	67
» Cometimento de ato ímprobo durante o processo legislativo .....	68
» Venda de voto de vereador .....	68
» Decisão estatal viciada .....	68
» Omissão deliberada .....	68
» Omissão injustificada de magistrados, promotores e delegados .....	68
» Excesso de serviço ou falta de estrutura .....	69

» Aplicabilidade da LIA aos magistrados. Necessidade de avaliação da atividade finalística desempenhada pelo julgador .....	69
» Independência funcional e dolo .....	69
» Aplicabilidade da LIA aos magistrados por atos praticados em razão do exercício da função .....	70
» Aplicação da LIA a agentes políticos (vereadores). Majoração de subsídio ...	70
» Imunidade parlamentar e aplicação da LIA .....	71
» Atividade extrínseca de parlamentar .....	71
» Acontecimento externo que influenciou na atividade do agente político configurando ato de improbidade administrativa .....	72
» Aplicação da LIA aos agentes políticos .....	72
» Delimitação de “agente político” .....	72
» Agentes políticos e alcance da LIA .....	72
» Aplicação concorrente: LIA e responsabilidade político-administrativa .....	73
» Distinção entre ato de improbidade e crime de responsabilidade .....	73
» Controvérsia sobre a aplicação da LIA aos agentes políticos .....	73
» Inadmissibilidade de responsabilização dos agentes políticos perante a LIA – existência de regime próprio de responsabilização (Lei nº 1.079/1950) .....	74
» Exclusões .....	74
» Inaplicação da LIA a Ministro de Estado .....	74
» Regime jurídico aplicável aos agentes políticos municipais. Não aplicação da LIA .....	75
» Impossibilidade de concorrência entre dois regimes de responsabilidade político-administrativa para agentes políticos. Desembargador .....	75
» Presidente da República está fora do alcance da LIA .....	76
» Presidente da República e julgamento pelo Senado Federal .....	76
» Aplicação da LIA aos magistrados e membros do <i>Parquet</i> .....	76
» Perda do cargo de membros do Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas .....	76
» Aplicabilidade da LIA aos magistrados .....	77
» Admissibilidade de responsabilização dos agentes políticos de forma concomitante com o regime próprio de responsabilização (LIA e Lei nº 1.079/1950) .....	77
» Risco da aplicação da LIA aos agentes políticos com mandato .....	78

» Compatibilidade material das sanções de improbidade administrativa e dos crimes de responsabilidade .....	78
» Agentes políticos respondem pela LIA. Exclusão somente do Presidente da República .....	78
» Não exclusão de agente político da LIA .....	78
» Duplo regime sancionatório .....	78
» Exceto Presidente da República não há norma que imunize agente político da LIA .....	79
» Admissibilidade de responsabilização dos agentes políticos perante a LIA – existência de regime próprio de responsabilização (Decreto-lei nº 201/1967) .....	79
» Natureza jurídica penal .....	79
» Crime de responsabilidade propriamente dito .....	79
» Decreto-lei nº 201/1967 e crime de responsabilidade (impróprio e propriamente dito) .....	79
» Aplicação da LIA para Governador .....	80
» Aplicabilidade da LIA para Prefeito e Vereador conjuntamente com a responsabilização política e criminal .....	80
» Aplicação conjunta do Decreto-Lei nº 201/1967 e da LIA .....	80
» Inexistência de antinomia entre o Decreto-Lei 201/67 e a Lei 8429/92. Ex-Prefeito .....	81
» Perda de mandato de vereador .....	81
» Harmonização na aplicação da LIA com o regime próprio de responsabilização (Lei nº 1.079/1950, Lei nº 7.106/1983 e Decreto-lei nº 201/1967) .....	81
» A LIA e os outros diplomas legislativos .....	82
» Interpretação sistemática .....	82
» Unidade do ordenamento jurídico .....	82
» Aplicação concomitante e a cautela na aplicação da sanção da perda da função pública .....	82
» Aplicação concomitante da legislação sem configuração de bis in idem. Res-servada a aplicação de sanção política .....	83
» Exclusão de eventual sanção de perda de cargo a agente político com base na LIA .....	83
» Posição harmonizadora entre os regimes de responsabilização .....	83
» Posição harmonizadora e aplicação das demais sanções .....	83
» Suspensão dos direitos políticos .....	83

» Posição do STJ por Carvalho Filho .....	84
» Compatibilidade entre o regime especial de responsabilização política e o regime de improbidade administrativa previsto na LIA .....	84
» Posicionamento dos tribunais .....	84
» Ausência de uniformização pelos Tribunais .....	84
» Aplicação da LIA aos agentes políticos. Não configuração de <i>bin in idem</i> ...	84
» Aplicação da LIA aos agentes políticos .....	85
» Submissão dos prefeitos e vereadores às sanções previstas na LIA .....	85
» Ocorrência de <i>bis in idem</i> : LIA e crime de responsabilidade. Entendimento superado .....	85
» Aplicação da LIA a ex-agentes políticos. ....	86
» (In)aplicabilidade do foro por prerrogativa de função .....	86
» Imunidade formal .....	86
» Foro privilegiado .....	87
» Competência para julgamento de autoridades em ação de improbidade administrativa .....	87
» Inexistência de foro por prerrogativa .....	87
» Dificuldade de conciliação entre a LIA e o foro por prerrogativa dos crimes de responsabilidade .....	87
» Julgamento perante o juízo de primeiro grau .....	87
» Não aplicação do foro por prerrogativa nas ações de improbidade .....	87
» Foro por prerrogativa nas ações de improbidade .....	88
» Solidificação da jurisprudência do STJ. Inexistência de foro por prerrogativa de função em demandas por Improbidade Administrativa. Superação do entendimento manifestado na Rcl nº 2.790/SC .....	88
» Revisão da jurisprudência do STJ e adequação ao entendimento do STF. Incompetência do juízo de primeiro grau para julgamento de Desembargador ou de Ministro .....	88
» Inconstitucionalidade da Lei nº 10.628/2002. Impossibilidade de lei ordinária estabelecer foro por prerrogativa de função. Competência constitucional .....	88
» Foro por prerrogativa. Governador .....	89
» Inaplicação de prerrogativa de foro. Aplicação da LIA a agentes políticos .....	89
» Inaplicabilidade de foro por prerrogativa de função. Parlamentar .....	89
» Aplicabilidade de foro especial por prerrogativa de função na perspectiva de Carvalho Filho .....	89

» Crime comum. Prerrogativa de foro. Entendimento do STF .....	89
» Inaplicabilidade de prerrogativa de foro. Entendimento do STF .....	90
» Competência do STF para julgar seus Ministros em face da LIA .....	90
» Observância da prerrogativa de foro quando a ação de Improbidade possa resultar em perda do cargo. Juiz Federal .....	91
» Aplicabilidade de foro especial em razão de sanção de natureza política .....	91
» Prerrogativa de foro para perda do cargo .....	91
» Inexistência de prerrogativa de foro para membros da magistratura e do Ministério Público. Desembargador. Promotor de justiça. Conselheiro de Tribunal de Contas. Magistrado. Foro por prerrogativa a depender da sanção a ser aplicada Ministros do STF. Procurador da República .....	91
» Foro por prerrogativa de função fixado por Constituição Estadual. Impossibilidade .....	94
» Inaplicabilidade do foro por prerrogativa de função para ex-titulares de mandatos eletivos .....	94
» Aplicação da LIA aos militares .....	94
» Particularidade com a aplicação da LIA aos militares .....	94
» Impossibilidade de perda do posto e da patente de oficiais pela LIA .....	95
» Possibilidade de perda da graduação das praças .....	95
» Possibilidade de perda do cargo pela LIA .....	95
» Competência da Justiça Militar apenas aquilo que se refere aos crimes militares .....	95
» Advogado Público e sua responsabilização por manifestação técnica .....	96
» Advogado Público, sua autonomia e correção técnica .....	96
» Pareceres sintéticos e genéricos .....	96
» Responsabilização do Advogado Público nos casos de dolo, fraude, culpa grave ou erro grosseiro. Parecer opinativo .....	97
» Adoção de tese plausível sem demonstração de dolo ou erro grosseiro não ocasiona a responsabilização do parecerista perante a LIA .....	97
» Para alcance da responsabilização do parecerista é indispensável a má-fé desde o nascedouro da conduta .....	98
» Atividade da advocacia como sendo um reflexo da convicção do profissional .....	98
» Necessidade de verificação de erro grosseiro .....	99
» Entendimento da OAB. Não responsabilização de advogado público, ressalvada a hipótese de dolo ou fraude .....	99

» Responsabilidade perante o TCU de acordo com o STF .....	99
» Parecer jurídico e “improbidade de hermenêutica” .....	99
» Natureza consultiva da assessoria jurídica .....	100
» Não cabe a responsabilização por parecer opinativo. Parecer obrigatório e não parecer vinculativo .....	100
» Responsabilização perante a Corregedoria e a OAB .....	101
» Simples erro de interpretação não configura improbidade administrativa .....	101
» Manifestação jurídica e responsabilização .....	101
» Não responsabilização por divergência de opinião .....	101
» Não responsabilização da assessoria jurídica por fatos que não correspondem com a realidade .....	101
» Não responsabilização da assessoria jurídica por juízo de conveniência e oportunidade. ....	102
» (Im)possibilidade de atuação do Advogado Público no processo judicial de improbidade administrativa na defesa de suposto sujeito ativo .....	102
» Possibilidade de atuação na defesa do agente .....	103
» Contratação de advogado particular pela Administração para atuar em defesa do agente público em ação de improbidade administrativa .....	103
» Utilização de advogados para defender dirigente e gestor de estatal .....	104
» Estagiário no conceito de “agente público” .....	104
» Aplicação da LIA ao estagiário .....	104
» Possibilidade de responsabilização do estagiário de acordo com a função por ele exercida .....	105
» Desconhecimento do fato como excludente de culpabilidade .....	105
» Ato fora da esfera de competência como excludente de culpabilidade .....	105
» Impossibilidade de presunção da responsabilidade do Prefeito por atos de competência da Procuradoria Municipal .....	106
» Excludente de culpabilidade e a teoria da ignorância (cegueira) deliberada .	106
» Visão dos Tribunais brasileiros .....	106
» Aplicação da teoria da cegueira deliberada .....	107
» Nosso entendimento sobre a aplicação da teoria da cegueira deliberada ....	107
» Desconsideração da culpa <i>in vigilando</i> em sede de responsabilização por improbidade administrativa .....	107

## Art. 3º

» Particular ou terceiro como sujeito ativo do ato de improbidade administrativa .....	108
» Improbidade imprópria .....	108
» Conceito de terceiro .....	108
» Alcance da LIA .....	108
» Particular como sujeito ativo .....	108
» Particular como coautor ou partícipe .....	108
» Exemplificando .....	109
» Inexistência de litisconsórcio passivo necessário .....	109
» Beneficiário direto ou indireto .....	110
» Necessidade de se verificar uma parcela de responsabilidade do particular para fins de alcance pela LIA .....	110
» Verificação do elemento subjetivo para responsabilizar terceiro .....	110
» Culpabilidade do particular e a necessidade de analisar primeiramente a conduta do agente público .....	110
» Responsabilização por culpa. Art. 10 .....	111
» Responsabilidade subjetiva: ônus do autor .....	111
» Relação jurídica entre o particular e o agente público .....	111
» Conduta do particular: induzir, concorrer ou se beneficiar .....	111
» Conceito de “indução” .....	111
» Instigação não é alcançada pela LIA. Interpretação restritiva. ....	112
» Conceito de “concorrer” .....	112
» Conceito de “beneficiar” .....	112
» Desnecessidade de provar a efetivação participação do particular. Basta o mero desfrute .....	112
» Aplicação da LIA ao particular .....	113
» Objetivo da LIA de afastar do serviço público quem pratica ato ímprobo ...	113
» Inexistência de litisconsórcio passivo necessário entre agentes públicos e particulares beneficiados com a prática de atos ímprobos. A recíproca não é verdadeira .....	113
» Inaplicabilidade da LIA ao particular de forma isolada. Impossibilidade de particular figurar sozinho no polo passivo .....	114



» Princípio da gravitação jurídica .....	114
» Impossibilidade de ajuizamento de demanda em face exclusivamente de particular .....	114
» Cisão de processo. Possibilidade .....	115
» Possibilidade de se buscar o ressarcimento de forma isolada .....	116
» Responsabilização administrativa ou criminal .....	116
» Particular isolado responde nos termos de legislação específica .....	116
» Impossibilidade do ajuizamento de ação por improbidade administrativa em face exclusivamente de sociedade empresária. Possibilidade de ação ressarcitória .....	116
» Impossibilidade de responsabilização isolada do particular em ação de improbidade administrativa. Ilegitimidade do parquet. Ação ressarcitória .....	117
» Responsabilidade objetiva. Lei nº 12.846/2013 .....	117
» Complementariedade entre a LAE e a LIA .....	117
» Adequações das sanções ao particular .....	118
» Perda do cargo e suspensão dos direitos políticos .....	118
» Sanções a serem aplicadas ao terceiro .....	118
» Necessidade de provas robustas para a imposição de sanções ao particular .....	118
» Impossibilidade de interpretação do art. 3º da LIA que afaste totalmente a aplicação de sanção ao particular .....	119
» Pessoa jurídica como sujeito ativo .....	119
» Argumentos .....	120
» Pessoa jurídica e sanções compatíveis .....	121
» Pessoa jurídica no polo passivo mesmo que sem o sócio .....	121
» Desconsideração da personalidade jurídica .....	121
» Condenação do dirigente da pessoa jurídica .....	121
» Desconsideração da personalidade jurídica como medida excepcional .....	121
» Extensão da sanção a partir do endereço do particular .....	122
» Responsabilidade administrativa e civil da pessoa jurídica .....	122
» Independência entre a LIA e a LAE .....	122
» A LAE e o alcance da pessoa jurídica .....	122
» LAE e reflexos na LIA .....	122

## Art. 4º

» Observância dos princípios publicistas .....	123
» Princípios publicistas .....	123
» Significado de velar .....	123
» Simples violação a princípio não caracteriza improbidade .....	123
» Legalidade, legitimidade e juridicidade .....	123
» Legalidade e legitimidade .....	124
» Legalidade, legitimidade e juridicidade .....	124
» Juridicidade como legalidade ampla .....	124
» Princípio da juridicidade .....	124
» LIA e infração à juridicidade .....	124
» Improbidade e controle de juridicidade .....	125
» Ato administrativo praticado à margem da lei mas que busca efetivar princípios constitucionais .....	125
» Abertura semântica dos princípios .....	125
» Interpretação dos princípios publicistas .....	126
» Nova interpretação e segurança jurídica .....	126
» Rol exemplificativo e princípios implícitos .....	126
» Princípio da legalidade estrita .....	127
» Discricionariedade administrativa .....	127
» Cautela no controle da discricionariedade .....	127
» Ministério Público e Judiciário e o risco no controle do mérito do ato .....	128
» Atuação no campo da discricionariedade administrativa não permite analisar a presença de dolo ou culpa .....	128
» Princípio da impessoalidade .....	128
» Objeto do princípio da impessoalidade .....	128
» Necessidade de <i>discrimen</i> razoável .....	129
» Princípio da igualdade .....	129
» Desvio de finalidade .....	129
» Princípio da impessoalidade: vertente negativa .....	129
» Princípio da impessoalidade: vertente positiva .....	129
» Impessoalidade como expressão do não protecionismo .....	129
» Nepotismo como ofensa à impessoalidade. ....	129

» Ausência de concurso público como ato ímprobo .....	130
» Princípio da moralidade administrativa .....	130
» Moral administrativa versus moral comum .....	131
» Moralidade administrativa como moralidade jurídica .....	131
» Impossibilidade de se utilizar a moralidade como parâmetro isolado de controle do ato administrativo .....	131
» Dever de probidade .....	131
» Dever de probidade e realização do interesse público .....	131
» Princípio da publicidade .....	132
» Objetivo .....	132
» Requisito de eficácia .....	132
» Veículo oficial de divulgação .....	132
» Publicidade e promoção pessoal .....	132
» A publicidade e a vagueza do art. 37, § 1º da Constituição .....	132
» Vedação à promoção pessoal. Ofensa à impessoalidade. " .....	133
» Transparência administrativa .....	133
» Transparência administrativa e interesse público .....	133
» Lei de Acesso à Informação .....	133
» A criação pela LAI de novos tipos de atos de improbidade .....	134
» Aplicação da LIA em caso de inobservância da lei de acesso à informação .....	134
» Princípio da eficiência .....	134
» Princípio da eficiência e o primado da correção .....	135
» Parâmetros .....	135
» A eficiência deve ser buscada nos limites da legalidade .....	135
» Ofensa ao princípio da eficiência sem causar dano patrimonial .....	135
» Ineficiência e a necessidade de capacitação .....	135
» Princípio da motivação .....	136
» Motivo como razão do ato administrativo .....	136
» Motivação dos atos vinculados e dos discricionários. ....	136
» Ausência de motivo e invalidação .....	136
» Princípio da proporcionalidade .....	137
» Aspectos (subprincípios) da proporcionalidade .....	137

» Excesso de poder .....	137
» Excesso de poder como fundamento do princípio da proporcionalidade .....	137
» Princípio da finalidade .....	138
» Desvio de finalidade .....	138
» Desvio de finalidade como ensejador de ato ímprobo .....	138
» Princípio da economicidade .....	138
» Economicidade não é menor preço .....	139
» Melhor preço .....	139
» Princípio da indisponibilidade .....	139
» Dever de agir .....	139
» Inaplicabilidade da Lei nº 13.655/2018 à ação de improbidade administrativa. Normas especial prevalece sobre norma geral .....	139
» Dever de agir preventivamente .....	140

**Art. 5º**

» Ressarcimento integral do dano .....	140
» Requisitos para o ressarcimento .....	140
» Desnecessidade de constatação do dolo .....	140
» Ressarcimento do patrimônio material e imaterial .....	141
» Dano moral como objeto de condenação autônoma .....	141
» Dano moral e honra objetiva .....	141
» Cheque sem fundo e configuração de dano moral .....	142
» Dano ao patrimônio público estético, artístico, turístico e histórico .....	142
» Parâmetro para fixação do dano moral .....	142
» Dano <i>in re ipsa</i> .....	142
» Reconhecimento do dano <i>in re ipsa</i> em razão da irregular dispensa de licitação .....	142
» Irregularidade na licitação. Dano <i>in re ipsa</i> .....	143
» Dano à coletividade. ....	143
» Dano moral coletivo prescinde comprovação .....	143
» Não configuração de dano moral coletivo .....	144
» Cabimento de dano moral coletivo .....	144
» Admissibilidade de dano moral coletivo por destruição a imóvel histórico ...	145

» Legitimidade <i>ad causam</i> do Ministério Público para requerer dano moral e coletivo .....	145
» Ilegitimidade <i>ad causam</i> do Ministério Público para reparação de dano moral .....	145
» Imprescindibilidade de verificação da culpa civil lato sensu .....	146
» Configuração de improbidade: efetivo dano ao erário e responsabilidade subjetiva .....	146
» Impossibilidade de ressarcimento por responsabilização objetiva .....	146
» Necessidade de comprovação efetiva do dano .....	146
» Dano deve ser certo e não hipotético .....	147
» Necessidade de demonstração de dano já na inicial .....	147
» Apuração do <i>quantum</i> em processo de execução .....	147
» Realização de perícia .....	147
» Dano presumido e inversão do ônus da prova .....	147
» Possibilidade excepcional de dano presumido .....	147
» Impossibilidade de aplicação da teoria da insignificância .....	148
» Impossibilidade de exclusão do ressarcimento do dano .....	148
» Inaplicação do princípio da proporcionalidade. Dano de pouca monta .....	148
» Valor recebido de boa fé .....	148
» É indevido o ressarcimento de valor recebido de boa-fé e em decorrência de erro administrativo. ....	148
» Reforma da decisão que antecipa a tutela e obriga o autor da ação a devolver os benefícios previdenciários indevidamente recebidos .....	149
» Imprescritibilidade do ressarcimento do dano .....	149
» Imprescritibilidade da ação de improbidade para fins de ressarcimento .....	150
» Responsabilidade solidária. ....	151
» Possibilidade de delimitação da quota parte .....	152
» Ressarcimento pelo particular .....	152
» Responsabilidade solidária do particular .....	152
» Dever de ressarcimento independentemente de verificação de ato ímprobo .....	153
» Destinação dos valores ressarcidos .....	153
» Legitimidade do Ministério Público .....	153
» Legitimidade do MP para requerer o ressarcimento dos danos causados ao Erário decorrentes da prática de atos ímprobos .....	153

» Legitimidade do Ministério Público para defender o patrimônio público .....	154
» Ressarcimento complementar .....	154
» Incidência de correção monetária e de juros moratórios .....	154
» Fluência a partir do evento danoso .....	154
» Impossibilidade de ressarcimento além do dano causado .....	154
» Ressarcimento em dobro .....	155

**Art. 6º**

» Perda dos frutos do enriquecimento ilícito .....	155
» Auferimento de qualquer vantagem .....	155
» Previsão no art. 12 .....	155
» Conversão do perdimento em indenização .....	155
» Possibilidade de atingir bem de família .....	155
» Possibilidade de atingir bem transferido a terceiro. Fraude contra credor ou fraude à execução .....	156
» Sucessão de pessoa jurídica. Alcance dos bens .....	156
» Necessidade do trânsito em julgado .....	156

**Art. 7º**

» Lesão ao patrimônio público ou enriquecimento ilícito como condições de validade para o deferimento da medida de indisponibilidade de bens .....	156
» A indisponibilidade de bens como uma providência cautelar .....	157
» A indisponibilidade de bens poderá ser decretada em relação aos atos de improbidade administrativa que causem violação aos princípios regentes da administração pública .....	157
» A indisponibilidade de bens como garantia do pagamento do dano moral .....	157
» O deferimento da medida de indisponibilidade de bens não importará em alteração na posse do respectivo bem .....	158
» Legitimidade ativa da pessoa jurídica lesada para requerer a medida de indisponibilidade de bens .....	158
» O Ministério Público não está vinculado à representação ofertada pela autoridade administrativa .....	158
» O deferimento da medida cautelar não importa no imediato ressarcimento ao erário .....	158

» Indisponibilidade de bens nas ACP's que buscam exclusivamente o ressarcimento ao erário .....	159
» Indisponibilidade de bens nas ações lastreadas em atos de improbidade já prescritos .....	160
» Indisponibilidade de bens em nome de terceiros .....	160
» <i>Periculun in mora</i> presumido .....	160
» Solidariedade entre réus .....	163
» Bens adquiridos antes da prática do ato de improbidade .....	163
» Desnecessidade de individualização dos bens .....	164
» A indisponibilidade de bens para a garantia da multa civil .....	164
» O alcance da medida de indisponibilidade de bens .....	166
» A decretação da medida <i>inaudita altera pars</i> .....	167
» Decretação da indisponibilidade de bens antes do recebimento da inicial ....	168
» Inaplicabilidade da Lei n.º 8.437/92 .....	168
» A indisponibilidade dos bens de família .....	169
» Constrição de bens de família para a garantia da recomposição dos prejuízos causados aos cofres públicos .....	169
» Ato de improbidade que também configure crime e afastamento da impenhorabilidade de bens .....	170
» A possibilidade de indisponibilidade de bens de família .....	170
» Inviabilidade do afastamento das cláusulas restritivas gravadas no imóvel ....	171
» A indisponibilidade das cadernetas de poupança .....	171

**Art. 8º**

» Responsabilidade dos sucessores .....	173
» Intransmissibilidade da multa aos herdeiros .....	173
» Limite da herança e inventário .....	173

**Art. 9º**

» Aspectos gerais da tipologia .....	175
» Conduta ímproba associada a mais de um tipo .....	175
» Dificuldade de compartimentação legal .....	175
» Improbidade como "escada" de atos .....	175

» Gradação das condutas ímprobas pela LIA .....	176
» Impossibilidade de enquadramento cumulativo. ....	176
» Tipo genérico (subsidiário) .....	176
» Subsunção ao tipo genérico do <i>caput</i> .....	176
» <i>Caput</i> dos dispositivos como conduta genérica .....	176
» Elenco exemplificativo de atos de improbidade administrativa .....	177
» Atos que importam enriquecimento ilícito .....	177
» Modalidade mais grave de improbidade administrativa .....	177
» Enriquecimento como ato ímprobo que exige sanção grave .....	177
» Rol exemplificativo .....	177
» Requisitos configuradores do enriquecimento ilícito .....	178
» Requisitos mínimos para a tipificação .....	178
» Conduta dolosa .....	179
» Impossibilidade de enriquecimento ilícito involuntário ou culposos .....	179
» Vantagem patrimonial indevida obtida por omissão .....	179
» Recebimento voluntário como conduta suficiente para a tipificação .....	180
» Licitude do ato administrativo e enriquecimento ilícito .....	180
» Necessidade de demonstração do enriquecimento ilícito .....	180
» Necessidade de verificação do enriquecimento ilícito .....	180
» Necessidade de consumação .....	181
» Percepção da vantagem patrimonial como pressuposto do tipo .....	181
» Promessa de vantagem como elemento para configurar o tipo do art. 11 ..	181
» Desnecessidade de demonstração de dano ao patrimônio público .....	181
» Vantagem patrimonial .....	181
» Necessidade de verificação de vantagem econômica .....	182
» Desnecessidade de demonstração de vantagem pecuniária .....	182
» Conceito de enriquecimento ilícito englobando dano moral .....	182
» Conceito de vantagem patrimonial .....	182
» Vantagem por prestação positiva .....	182
» Vantagem por prestação negativa .....	182
» Vantagem direta .....	183
» Vantagem indireta .....	183



» Vantagem sexual .....	183
» <i>Caput</i> do art. 9º como tipo genérico de enriquecimento ilícito .....	183
» <i>Caput</i> do art. 9º como tipo subsidiário .....	183
» Tipificação no <i>caput</i> do art. 9º da LIA .....	183
» Art. 9º, inc. I. Elementos constitutivos .....	184
» Alargamento do alcance do <i>caput</i> do art. 9º .....	184
» Interpretação razoável do tipo: evitar a mercantilização .....	184
» Improbidade por mera conduta .....	184
» Recebimento de “presente” .....	185
» Conceito de “presente” .....	185
» Código de Conduta Ética .....	185
» Destinação da vantagem patrimonial .....	185
» Art. 9º, inc. II. Elementos constitutivos .....	185
» Significado de “facilitar” .....	185
» Tutela do conteúdo da proposta .....	185
» A omissão como facilitação .....	186
» Necessidade de comprovação do sobrepreço .....	186
» Complexidade para a comprovação do sobrepreço .....	186
» Aluguel de imóvel. Maior cautela na verificação do sobrepreço .....	186
» Pesquisa de preços .....	186
» Improbidade por mera conduta .....	187
» Destinação da vantagem patrimonial .....	187
» Art. 9º, inc. III. Elementos constitutivos .....	187
» Gratuidade e doação .....	187
» Facilitação de serviço assistencial .....	188
» Necessidade de comprovação do subpreço .....	188
» Dolo e erro metodológico na avaliação do bem .....	188
» Improbidade por mera conduta .....	188
» Destinação da vantagem patrimonial .....	188
» Art. 9º, inc. IV. Elementos constitutivos .....	189
» Autorização de uso .....	189
» Utilização da coisa pública como se particular fosse .....	189

» Concerto ou melhoria de estradas vicinais de acesso a propriedades particulares .....	189
» Utilização de advogado público para a defesa de agente público .....	190
» Contratação particular de servidor público. Possibilidade .....	190
» Utilização de bens públicos e servidores municipais para realização de obra particular .....	190
» Destinação da vantagem patrimonial .....	190
» Art. 9º, inc. V. Elementos constitutivos .....	190
» Conduta omissiva .....	191
» Prestação positiva ou negativa .....	191
» Significado de “tolerar” .....	191
» Tolerância mediante recomendação a subordinado .....	191
» Conduta autônoma .....	191
» Improbidade por mera conduta. ....	191
» Destinação da vantagem patrimonial .....	192
» Art. 9º, inc. VI. Elementos constitutivos .....	192
» Declaração falsa de cunho fiscalizatório .....	192
» Improbidade por mera conduta .....	192
» Destinação da vantagem patrimonial .....	192
» Art. 9º, inc. VII. Elementos constitutivos .....	192
» Cautela na interpretação do dispositivo .....	192
» Evolução legítima do patrimônio .....	192
» Definição do tipo .....	193
» Aquisição como conduta dolosa .....	193
» Exercício abusivo da função pública .....	193
» Ônus da prova .....	193
» Desproporcionalidade na evolução patrimonial como presunção relativa de enriquecimento .....	193
» Ausência de previsão legal para inversão do ônus da prova .....	193
» Impossibilidade da inversão do ônus da prova .....	194
» Destinação da vantagem patrimonial .....	194
» 9º, inc. VIII. Elementos constitutivos .....	194
» Agente público em “atividade” .....	194

» Necessidade de verificar interesse concreto e decisão pendente .....	195
» Interesse direto do particular .....	195
» Agente público em “quarentena” .....	195
» Improbidade por mera conduta. ....	195
» Art. 9º, inc. IX. Elementos constitutivos .....	195
» Pagamento de “caixinhas” .....	196
» Conceito de verba pública .....	196
» Emendas parlamentares .....	196
» Improbidade por mera conduta .....	196
» Liberação lícita .....	196
» Art. 9º, inc. X. Elementos constitutivos .....	197
» “Recebimento” como configurador do tipo e mera promessa .....	197
» Conduta omissiva .....	197
» Improbidade por mera conduta .....	197
» Destinação da vantagem patrimonial .....	197
» Art. 9º, inc. XI. Elementos constitutivos .....	197
» Significado de incorporação .....	198
» Amplitude do acervo patrimonial .....	198
» Renda pública no conceito de acervo patrimonial .....	198
» Dano ao patrimônio público .....	198
» Destinação da vantagem patrimonial .....	198
» Alcance de ex-agente público .....	199
» Art. 9º, inc. XII. Elementos constitutivos .....	199
» Desfrute indevido .....	199
» Reposição espontânea .....	199
» Amplitude do acervo patrimonial .....	199
» Dano ao patrimônio público .....	199
» Destinação da vantagem patrimonial .....	199

**Art. 10**

» Atos que causam prejuízo ao erário .....	202
» “Perda patrimonial” como gênero. Significados .....	202

» Aspecto objetivo .....	202
» Utilização de meio ilícito .....	202
» Facilitar, permitir e concorrer .....	203
» Desnecessidade de enriquecimento do agente público .....	203
» Conduta comissiva ou omissiva. <i>Facere ou non facere</i> .....	204
» <i>Caput</i> do art. 10 como tipo genérico de lesão ao patrimônio .....	204
» Condutas outras diversas .....	204
» Rol exemplificativo .....	204
» Objeto tutelado: erário ou patrimônio público .....	205
» Erário .....	205
» Patrimônio público .....	205
» Sentido subjetivo da expressão "erário". .....	206
» Perda patrimonial além da perspectiva econômica .....	206
» Requisitos configuradores da lesão ao patrimônio .....	206
» Efetivo dano .....	206
» Dano real ao patrimônio público .....	207
» Mera expectativa de dano .....	207
» Impossibilidade de presunção de dano .....	207
» Lesividade presumida .....	208
» Não aceitação de dano presumido ou dano moral .....	208
» Irregularidade na contratação (art. 10, inc. VIII). Dano <i>in re ipsa</i> .....	208
» Possibilidade excepcional de dano presumido .....	208
» Reconhecimento do dano <i>in re ipsa</i> em razão da irregular dispensa de licitação .....	208
» Impossibilidade de prejuízo ao erário tentado .....	209
» Impossibilidade de se considerar conduta ímproba os prejuízos decorrentes de crise econômica .....	209
» Elemento subjetivo. Dolo ou culpa .....	209
» Erro grosseiro .....	209
» Críticas à expressão .....	209
» Erro grosseiro e culpa grave .....	209
» Improbidade administrativa a partir de negligência, imprudência ou imperícia ...	209
» Culpa grave .....	210

» O risco de considerar a simples culpa como elemento configurador de improbidade administrativa .....	211
» Possibilidade de conduta ímproba por culpa consciente ou culpa inconsciente .....	211
» Necessidade de verificação de culpa ou dolo. Impossibilidade de imputação de responsabilização objetiva. ....	211
» Inconstitucionalidade material. Necessidade de dolo. ....	212
» Constitucionalidade de sancionamento em improbidade por culpa grave .....	212
» Condutas culposas graves .....	212
» Interpretação conforme a Constituição. ....	212
» Culpa leve .....	213
» Culpa leve. Limitação ao ressarcimento .....	213
» Inabilidade não caracteriza improbidade .....	213
» Impossibilidade de irregularidades administrativas configurarem ato de improbidade sem a comprovação de dolo do agente público. Inabilidade ou desídia .....	213
» Necessidade de comprovação do elemento volitivo. Impossibilidade de responsabilização objetiva por ato de improbidade. Improbidade não é sinônimo de mau administrador .....	214
» Art. 10, <i>caput</i> , tipo genérico .....	214
» Art. 10, <i>caput</i> , tipo subsidiário .....	214
» Art. 10 e semelhanças com o art. 9º .....	215
» Correlação com o art. 9º da LIA .....	215
» Leiloeiro público. Não repasse do valor total do bem leilado .....	215
» Art. 10, inc. I. Elementos constitutivos .....	215
» Art. 10, inc. I. Conceito de “incorporação” .....	215
» Art. 10, inc. I. Conceito de “facilitação” .....	215
» Art. 10, inc. I. Conceito de “concurso” .....	216
» Art. 10, inc. I. Amplitude do dispositivo .....	216
» Art. 10, inc. I. Incorporação ao patrimônio .....	216
» Art. 10, inc. II. Elementos constitutivos .....	216
» Art. 10, inc. II. Utilização de bens públicos .....	216
» Possibilidade de utilização de bens públicos .....	216
» Utilização de bens públicos além dos parâmetros permitidos .....	216
» Art. 10, inc. II. Conceito de “utilização” .....	217

» Art. 10, inc. II. Conduta comissiva ou omissiva .....	217
» Art. 10, inc. II. Necessidade de comprovação .....	217
» Configuração de prejuízo ao erário .....	217
» Art. 10, inc. II. Bem, renda ou valor não pertencente ao patrimônio público ..	217
» Utilização de imóvel público para fins sociais sem a observância de formalidades legais não caracteriza improbidade administrativa .....	217
» Art. 10, inc. III. Elementos constitutivos .....	218
» Art. 10, inc. III. Conceito de “doar” .....	218
» Art. 10, inc. III. Conduta comissiva .....	218
» Art. 10, inc. III. Doação. Regência por normas de direito civil .....	218
» Art. 10, inc. III. Doação. Requisitos .....	218
» Art. 10, inc. III. Doação. Possibilidade .....	218
» Alienabilidade .....	219
» Espécies de doação .....	219
» Art. 10, inc. IV. Elementos constitutivos .....	219
» Art. 10, inc. IV. Conceito de “permitir” ou “facilitar” .....	219
» Alcance do dispositivo à concessão, à permissão e à autorização de uso ....	219
» Art. 10, inc. IV. Contratação com subpreço .....	219
» Preço inferior .....	219
» Art. 10, inc. V. Elementos constitutivos .....	220
» Locação. Conduta comissiva ou omissiva .....	220
» Art. 10, inc. V. Amplitude do dispositivo .....	220
» Preço superior .....	220
» Necessidade de demonstração cabal do sobrepreço .....	220
» Art. 10, inc. VI. Elementos constitutivos .....	220
» Alcance da norma .....	220
» Conceito de “Operação financeira” .....	220
» Necessidade de verificação de dano na operação financeira .....	221
» Antecipação de receita orçamentária .....	221
» Operação financeira. Conduta dolosa .....	221
» Tipos de garantia. Garantia insuficiente ou inidônea .....	221
» Garantia insuficiente .....	221

» Garantia inidônea .....	221
» Limites para aplicação e depósito de disponibilidade financeira .....	221
» Necessidade de verificação de prejuízo ao patrimônio público para configuração de improbidade administrativa .....	221
» Art. 10, inc. VII. Elementos constitutivos .....	222
» Necessidade de autorização legal .....	222
» Benefício indevidos .....	222
» Conduta comissiva ou omissiva .....	222
» Tipos de benefícios .....	222
» Improbidade pelo particular .....	222
» Interface com o art. 10-A .....	223
» Art. 10, inc. VIII. Elementos constitutivos .....	223
» Art. 10, inc. VIII. Normas de regência .....	223
» Normas locais .....	223
» Amplitude do dispositivo .....	223
» Processo licitatório ou processo seletivo .....	223
» Conceito de licitação .....	223
» Processo licitatório ou processo seletivo como procedimento administrativo ...	224
» Proposta mais vantajosa .....	224
» Ineficiência do projeto básico .....	224
» Contratação direta sem licitação .....	224
» Outros dispositivos que cuidam da contratação direta .....	225
» Uso indevido de verba pública .....	225
» Ausência de processo licitatório. Dano presumido ( <i>in re ipsa</i> ) .....	225
» Dano presumido ( <i>in re ipsa</i> ). Possibilidade .....	225
» Presunção do prejuízo em decorrência da dispensa indevida de processo licitatório .....	225
» Reconhecimento do dano <i>in re ipsa</i> em razão da irregular dispensa de licitação. Não devolução do valor pago .....	225
» Fracionamento indevido de objeto licitatório e utilização de endereços falsos	226
» Reconhecimento do dano <i>in re ipsa</i> em razão de fracionamento de objeto licitado. " .....	226
» Presunção do prejuízo em decorrência da dispensa indevida de processo licitatório .....	227

» Não verificação de requisitos para a contratação de advogado por inexigibilidade .....	227
» Inexistência de litisconsórcio passivo necessário .....	228
» Art. 10, inc. IX. Elementos constitutivos .....	228
» Realização de despesas .....	228
» Previsão na LOA .....	228
» Despesa e previsão legal .....	228
» Empenho de despesa .....	228
» Lei de Responsabilidade Fiscal .....	229
» Ordenador de despesas .....	229
» Aplicação equivocada de recurso público .....	229
» Despesa sem empenho. Não comprovação de dano .....	229
» Art. 10, inc. X. Elementos constitutivos .....	229
» Culpa como elementar do tipo .....	229
» Significado de “negligentemente” .....	229
» Núcleos protetivos .....	230
» Amplitude de receita estatal .....	230
» Combate à sonegação e à evasão .....	230
» Renúncia de receita. Não execução de dívida ativa .....	230
» Negligência na arrecadação .....	230
» Direitos fundamentais .....	231
» Noção de renda .....	231
» Conservação do patrimônio .....	231
» Ausência de comprovação de dano efetivo pela suposta ausência de conservação do patrimônio público .....	231
» Instituições financeiras e não cobrança de empréstimos .....	232
» Aplicação do inc. X às entidades de direito privado beneficiadas .....	232
» Inconstitucionalidade da segunda parte do dispositivo .....	232
» Art. 10, inc. XI. Elementos constitutivos .....	232
» Conceito de “liberação” .....	232
» Improbidade por influência .....	232
» Terceiro partícipe e beneficiário .....	232
» Regular liquidação da despesas .....	233



» Má utilização de recurso de convênio .....	233
» Liberação irregular de verba pública sem oitiva da assessoria jurídica .....	233
» Art. 10, inc. XII. Elementos constitutivos .....	233
» Dispositivo genérico. ....	234
» Conduta comissiva ou omissiva .....	234
» Enriquecimento de terceiro .....	234
» Pressupostos para a incidência do tipo .....	234
» Recebimento de cheque .....	234
» Art. 10, inc. XIII. Elementos constitutivos .....	234
» Análise conjunta com o art. 9º, inc. IV .....	235
» Similitude com o art. 10, inc. II .....	235
» Utilização de recursos humanos .....	235
» Desnecessidade de assessoramento .....	235
» Conduta comissiva .....	235
» Verificação da cultura local .....	235
» Autorização legal .....	235
» Hipóteses excludentes .....	235
» Art. 10, inc. XIV. Elementos constitutivos .....	236
» Federalismo cooperativo .....	236
» Consórcio público .....	236
» Contrato de programa .....	236
» Alcance do dispositivo .....	237
» Art. 10, inc. XV. Elementos constitutivos .....	237
» Dotação orçamentária .....	237
» Contrato de rateio .....	237
» Art. 10, inc. XVI. Elementos constitutivos .....	237
» Necessidade de incorporação do patrimônio .....	237
» Organização da Sociedade Civil .....	238
» Facilitação e concorrência .....	238
» Conduta comissiva ou omissiva .....	238
» Semelhança com o inc. XVII .....	238
» Ocorrência de enriquecimento e subsunção ao art. 9º .....	238

» Art. 10, inc. XVII. Elementos constitutivos .....	238
» Utilização indevida .....	239
» Organização da Sociedade Civil .....	239
» Permitir e concorrer .....	239
» Conduta comissiva ou omissiva .....	239
» Semelhança com o inc. XVI .....	239
» Ocorrência de enriquecimento e subsunção ao art. 9º .....	239
» Art. 10, inc. XVIII. Elementos constitutivos .....	239
» Conceito de “celebrar” .....	239
» Organização da Sociedade Civil .....	239
» Termo de colaboração, Termo de fomento e Acordo de cooperação.Organização da Sociedade Civil .....	240
» Chamamento público .....	240
» Procedimento de manifestação de interesse social .....	240
» Formalidades .....	240
» Art. 10, inc. XIX. Elementos constitutivos .....	240
» Conduta dolosa ou culposa .....	241
» Conduta comissiva ou omissiva .....	241
» Significado de “negligentemente” .....	241
» Prestação de contas .....	241
» Art. 10, inc. XX. Elementos constitutivos .....	241
» Semelhança com o art. 10, inc. XI .....	241
» Termo de colaboração e termo de fomento .....	241
» Hipótese de glosa .....	241
» Agente influenciador .....	241

**Art. 10-A**

» Aspectos gerais da tipologia .....	242
» Nova espécie de improbidade administrativa .....	242
» Lei específica .....	242
» Tributo em particular .....	242
» Art. 10-A. Elementos constitutivos .....	242

» Condutas distintas .....	243
» Conduta omissiva .....	243
» Conduta dolosa .....	243
» Conduta culposa .....	243
» Ressarcimento .....	243

**Art. 11**

» Aspectos gerais da tipologia .....	244
» Proteção aos princípios .....	244
» Subsunção por exclusão .....	244
» Conduta comissiva ou omissiva .....	245
» Ofensa aos princípios expressos e implícitos .....	245
» Juridicidade .....	245
» Dolo genérico e gravidade branda .....	245
» Sanções graves .....	245
» Abrangência do art. 11 .....	245
» Importância de se elencar na inicial os princípios violados .....	246
» Art. 11, interpretação e segurança jurídica .....	246
» Honestidade e lealdade .....	246
» Rol exemplificativo .....	246
» Abertura semântica, proporcionalidade, gravidade da conduta e nível de repercussão .....	247
» Regra de reserva .....	247
» Art. 11 da LIA como tipo subsidiário .....	247
» Inobservância dos princípios. Norma de reserva .....	248
» Norma residual e regra da especialidade .....	248
» Exemplificando .....	248
» Regra interpretativa .....	248
» Inconstitucionalidade do tipo aberto .....	248
» Risco do tipo aberto .....	248
» Requisitos configuradores dos atos que atentam contra os princípios da Administração Pública .....	249
» Teoria da tipicidade e o enunciado aberto do art. 11 da LIA .....	249

» Pressupostos dispensáveis .....	249
» Conduta comissiva ou omissiva .....	249
» Necessidade de consumação do resultado .....	250
» Conduta dolosa .....	250
» Improbidade é ilegalidade tipificada sendo indispensável a demonstração do dolo .....	251
» Interpretação conforme. Verificação de dolo .....	251
» Vontade livre e consciente .....	251
» Mera ilegalidade não é improbidade .....	251
» Ilegalidade não se confunde com improbidade .....	251
» Agente público inábil e banalização da ação de improbidade .....	252
» Mera irregularidade administrativa não configura improbidade .....	252
» Simples erro de interpretação não configura improbidade administrativa .....	252
» Dolo genérico ( <i>latu sensu</i> ) ou eventual. Necessária caracterização do dolo genérico. " .....	253
» Dolo genérico com nota especial de má-fé .....	253
» Exigência de prova de má-fé .....	254
» Impossibilidade de interpretação ampliativa do art. 11 .....	254
» Dolo específico .....	254
» Desnecessidade de demonstração de dano .....	254
» Desnecessidade de demonstração de falha na prestação do serviço .....	255
» Prescindibilidade de demonstração de dano ou enriquecimento ilícito .....	255
» Dano moral por ofensa aos princípios publicistas .....	255
» Caput do art. 11 como tipo genérico de ato que atentam contra os princípios .....	255
» Contratação de servidores públicos sem concurso público baseada em legislação local não enseja ato de improbidade .....	256
» Contratação temporária. Verificação de dolo genérico .....	256
» Recebimento indevido de diária .....	256
» Promoção pessoal. Ofensa aos princípios da moralidade e da impessoalidade .....	257
» Não observância de percentual mínimo de despesa não configura de per si ato ímprobo .....	258
» Nepotismo .....	258
» Contratação direcionada. Violação do art. 11 da LIA .....	258

» Assédio moral. Abuso de poder e desvio de finalidade .....	258
» Ato de libidinagem configura improbidade administrativa .....	259
» Assédio sexual. Obtenção de vantagem sexual indevida de professor da rede pública em razão da função .....	259
» Tortura policial .....	259
» Utilização de verba de convênio em folha de pagamento. Ausência de dolo .....	260
» Pintura de bens públicos com as cores do partido político do prefeito .....	260
» Art. 11, inc. I. Elementos constitutivos .....	260
» Desvio de finalidade .....	260
» Conceito de desvio de finalidade .....	261
» Lei ou regulamento .....	261
» Conduta comissiva .....	261
» Utilização de bens públicos e servidores municipais para realização de obra de cunho particular .....	261
» Desconto compulsório de remuneração de assessores .....	261
» Utilização de documento falso .....	262
» Remoção de servidor .....	262
» Art. 11, inc. II. Elementos constitutivos .....	262
» Semelhança com o inc. VI .....	262
» Ato de ofício .....	262
» Ato administrativo deve estar dentro das atribuições do agente público .....	262
» Ato discricionário ou vinculado .....	263
» Exemplificando .....	263
» Análise de conveniência e oportunidade .....	263
» Exemplificando .....	263
» Abrangência do dispositivo .....	263
» Cuidado interpretativo. Não é qualquer demora que configura improbidade .	263
» Simples desleixo .....	263
» Ninguém está obrigado a fazer o impossível .....	263
» Retardamento injustificado .....	264
» Atraso na prática de ato de ofício não configura improbidade .....	264

» Inexistência de ato de improbidade administrativa. Não recolhimento de contribuições previdenciárias justificável. Avaliação dos critérios de proporcionalidade no caso concreto .....	264
» Posterior prática do ato .....	264
» Condicionante para punição pelo art. 11 da LIA em casos de negligência da autoridade em cumprir o dever de encaminhar cópia de relatório de processo disciplinar ao Ministério Público .....	264
» Necessidade de comprovação de retardamento desonesto ou intencional ...	265
» Retardamento na nomeação de membros do Conselho Municipal de Saúde em virtude da adoção de medidas urgentes. Atraso justificado. Inaplicabilidade da LIA .....	265
» Impossibilidade de interpretação objetiva do retardamento de atos que devam ser praticados de ofício pelo agente público. Imprescindibilidade do elemento subjetivo doloso .....	265
» Deixar de submeter o processo legislativo a uma das suas fases. Inocorrência de ato ímprobo .....	266
» Art. 11, inc. III. Elementos constitutivos .....	266
» Violação de sigilo profissional .....	266
» Transparência administrativa e sigilo .....	266
» Revelação voluntária .....	267
» Segredo funcional .....	267
» Qualificação do sigilo por lei .....	267
» Lei de Acesso à Informação .....	267
» Significado de “revelar” .....	267
» Conduta dolosa .....	267
» Revelação direta ou indireta .....	267
» Divulgação de informações em segredo de justiça .....	267
» Sigilo funcional não é oponível a procedimento judicial .....	267
» Sigilo funcional e enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário .....	267
» Art. 11, inc. IV. Elementos constitutivos .....	268
» Dever de publicidade .....	268
» Veículo oficial de divulgação .....	268
» Autonomia federativa .....	268
» Variação de veículo oficial de divulgação .....	268
» Conduta dolosa .....	268

» Não publicação de editais .....	268
» Art. 11, inc. V. Elementos constitutivos .....	268
» Previsão constitucional .....	268
» Homenagem ao princípio da impessoalidade e da eficiência .....	268
» Critérios subjetivos .....	269
» Conceito de “frustrar” .....	269
» Conduta dolosa .....	269
» Contratação sem concurso mediante lei autorizativa não configura improbidade administrativa .....	269
» Dano indireto ao patrimônio público .....	269
» Processo seletivo .....	270
» Contratação temporária .....	270
» Desvio de função .....	270
» Inexistência de atos tendentes à realização de concurso público .....	270
» Contratação indevida e ressarcimento .....	271
» Frustração da licitude de concurso público .....	271
» Art. 11, inc. VI. Elementos constitutivos .....	271
» Dever de informar .....	271
» <i>Res publica</i> .....	271
» Dever constitucional .....	271
» Norma infraconstitucional .....	271
» Aplicação ao particular .....	272
» Despesas em regime de adiantamento .....	272
» <i>Accountability</i> .....	272
» Noção de prestar contas .....	272
» Conduta dolosa e mero atraso .....	272
» Dolo específico .....	273
» Dolo genérico .....	273
» Desconhecimento do dever de prestar contas .....	273
» Art. 11, inc. VII. Elementos constitutivos .....	273
» Informação privilegiada .....	273
» Violação mais grave .....	273

» Exemplificando .....	274
» Conduta comissiva ou omissiva .....	274
» Conceito de “revelação” .....	274
» Conduta dolosa .....	274
» Mera conduta .....	274
» Art. 11, inc. VIII. Elementos constitutivos .....	274
» Dispositivo residual. Art. 10, inc. XX .....	274
» Espécies de parcerias .....	275
» Conduta dolosa .....	275
» Art. 11, inc. IX. Elementos constitutivos .....	275
» Estatuto da pessoa com deficiência .....	275
» Conduta dolosa .....	275
» Conceito de “acessibilidade” .....	275
» Amplitude do conceito .....	275
» Conduta dolosa .....	276
» Art. 11, inc. X. Elementos constitutivos .....	276
» Semelhança com o art. 10, inc. XX .....	276
» Conduta dolosa e desnecessidade de demonstração do dano .....	276

**Art. 12**

» Cominação de sanção e ressarcimento .....	277
» Finalidade da sanção: prevenção e repressão .....	277
» Sanção de caráter punitivo, pedagógico e intimidador .....	277
» Lei ordinária: espécies, forma e gradação .....	278
» Rol de sanções .....	278
» Consequências patrimoniais .....	278
» Diversidade de subsunções .....	278
» Diversidade de enquadramento .....	278
» Variação quantitativa e não qualitativa da sanção .....	278
» Alegação de inconstitucionalidade do art. 12 da LIA .....	279
» Constitucionalidade do art. 12 .....	279
» Possibilidade de criação de novas sanções pela legislação .....	279



» Natureza jurídica das sanções .....	279
» Natureza civil .....	280
» Natureza extrapenal. Caráter civil .....	280
» Natureza administrativa .....	280
» Responsabilidade trazida pela LIA como estranha às esferas tradicionais de responsabilização .....	280
» Aplicação do direito administrativo sancionador .....	281
» Sanções da LIA: direito administrativo sancionador .....	281
» Aplicação subsidiária das normas de direito penal. ....	281
» Utilização das normas de direito penal .....	282
» Aplicação dos conceitos do direito penal na interpretação da LIA .....	282
» Utilização da exegese tipicamente penal para as sanções da LIA .....	282
» Similitude entre os regimes jurídicos sancionatórios (administrativo e penal)	282
» Pedido de aplicação de sanção .....	283
» Princípio da congruência .....	283
» Sanção. Pedido implícito .....	283
» Sentença <i>extra petita</i> .....	283
» Possibilidade de aplicar sanção não requerida na inicial. Exceção ao princípio da congruência .....	283
» Sentença <i>extra petita</i> . Não ofensa ao princípio da congruência .....	283
» Possibilidade de aplicação de sanção diferente da requerida na inicial .....	284
» Enquadramento da conduta em outro tipo. Não ofensa ao princípio da congruência .....	284
» Aplicação de sanção não requerida na inicial. <i>Jura notiv curia</i> .....	284
» Possibilidade de julgamento além ou aquém dos pedidos em face da relevância da questão social e do interesse público .....	284
» Pedido implícito. Possibilidade condicionada .....	284
» Necessidade de tipificação como mecanismo de exercício da ampla defesa	284
» <i>Emendatio e mutatio libelli</i> .....	285
» Defesa dos fatos e não da classificação .....	285
» Os requeridos defendem-se dos fatos .....	285
» <i>Mutatio libelli</i> .....	285
» Nova defesa e contraditório .....	285

» Desnecessidade de especificar o <i>quantum</i> a ser ressarcido .....	285
» Sanção. Princípios aplicáveis .....	286
» Aplicação dos princípios do direito punitivo .....	286
» Princípio da culpabilidade .....	286
» Necessidade de análise do elemento subjetivo .....	286
» Inexistência de responsabilidade objetiva .....	286
» Teoria subjetiva para responsabilizar o agente ímprobo .....	286
» Responsabilidade subjetiva e inversão do ônus da prova .....	287
» Conduta dolosa (art. 9º e 10) e dolosa e culposa (art. 10), jamais responsabilidade objetiva .....	287
» Impossibilidade de responsabilização objetiva .....	287
» Simples ilegalidade. Impossibilidade de atribuição de responsabilidade objetiva .....	287
» Imposição de sanção no âmbito escolar.Excludente de ilicitude .....	287
» Estado de necessidade. Infração de trânsito .....	288
» Utilização de verba de convênio para quitar folha de pagamento. Ausência de dolo .....	288
» Doença mental como excludente de culpabilidade .....	289
» Doença mental. Excludente de justa causa .....	289
» Coação irresistível .....	289
» Obediência hierárquica e ordem manifestamente ilegalCometimento de Improbidade administrativa .....	289
» Ordem manifestação ilegal não exclui a culpabilidade .....	289
» Atuação de acordo com pareceres técnicos. Não comprovação do elemento volitivo. Impossibilidade de responsabilização objetiva por atos de improbidade .....	289
» Princípio da presunção de inocência .....	290
» Transito em julgado da sentença condenatória .....	290
» Perda do cargo .....	290
» Inversão do ônus da prova e efeitos da revelia .....	290
» Não aplicação da inversão do ônus da prova nem dos efeitos da revelia ....	290
» Não ocorrência da inversão do ônus da prova .....	291
» Impossibilidade da inversão do ônus da prova .....	291
» Inaplicação da inversão do ônus da prova .....	291

» Culpa presumida .....	291
» Inversão do ônus da prova na hipótese de enriquecimento ilícito. Princípio da aptidão para a prova .....	291
» Distribuição dinâmica do ônus da prova .....	292
» CPC/2015 e ônus da prova .....	292
» Ônus da prova. Regra geral .....	292
» Ônus probatório do autor e do réu. No mesmo sentido .....	292
» Enriquecimento ilícito. Ônus probatório do autor e do réu .....	292
» Princípio da tipicidade e legalidade estrita .....	293
» Princípio da tipicidade .....	293
» Necessidade de tipificação .....	293
» Necessidade descrição da conduta exata .....	293
» Conceitos jurídicos indeterminados .....	293
» Riscos da abstração .....	293
» Impossibilidade de tipos abertos .....	293
» Inadmissibilidade da “não existência” normativa de tipos .....	294
» Conduta com previsão mínima em lei .....	294
» Limitações do direito sancionador. Impossibilidade de aplicação extensiva do tipo .....	294
» Impossibilidade de interpretação extensiva .....	294
» Aplicação de legislação in malam partem. Impossibilidade .....	294
» Discordância sobre a aplicação da tipicidade .....	295
» Tipicidade construtiva .....	295
» O rol das hipóteses de improbidade trazido pela LIA é meramente exemplificativo. No mesmo sentido .....	295
» Não exaurimento das hipóteses de improbidade .....	295
» A expressão “notadamente” nos arts. 9º, 10 e 11 e os tipos abertos .....	295
» A defesa é do fato e não da capitulação legal .....	296
» Princípio da anterioridade .....	296
» Norma mais rigorosa .....	296
» Segurança jurídica .....	296
» Não retroatividade da LIA .....	296
» Princípio da fundamentação (motivação ou subsunção) .....	297

» Legitimação da decisão judicial .....	297
» Necessidade de indicação dos motivos para cada uma das sanções aplicadas. ....	297
» Necessidade de fundamentar a não aplicação de cada sanção .....	297
» Princípio da proporcionalidade .....	297
» Pequenas condutas irregulares .....	298
» Análise da gravidade do dano e não das funções do acusado .....	298
» Para a fixação da sanção imprescindível a análise da extensão do dano causado e do proveito econômico .....	298
» Sanção aplicada acima do mínimo legal. Fundamentação .....	298
» Severidade das sanções da LIA e a necessidade de se observar a proporcionalidade .....	298
» Ausência na LIA de circunstâncias agravantes e atenuantes .....	298
» Aplicação das sanções <i>cum granu salis</i> .....	299
» O risco da desproporcionalidade supostamente moralista .....	299
» Proporcionalidade, dosimetria e os fins sociais da LIA .....	299
» Indisponibilidade de bens. Ofensa à proporcionalidade .....	299
» Gravidade da prática do nepotismo. Proporcionalidade em aplicação de sanções de ressarcimento e de multa .....	300
» Dosimetria e não cumulação .....	300
» Princípio da insignificância .....	300
» Impossibilidade de interpretação literal da LIA .....	300
» Proporcionalidade e conduta de pouca ou de nenhuma lesividade .....	300
» Relevância da lesão .....	301
» Aplicação de sanção com ponderação não devendo alcançar meras irregularidades .....	301
» Aplicação do princípio da insignificância apenas nas condutas culposas .....	301
» Análise da insignificância não se restringe a aspecto econômico .....	301
» Aplicação parcial e cumulativa das sanções .....	301
» Aplicação cumulativa de sanções .....	301
» Aplicação parcial e cumulativa das sanções a partir do bem jurídico afetado .....	302
» Aplicação cumulativa de sanções .....	302
» Aplicação parcial das sanções .....	302

» Aplicação parcial das sanções .....	302
» Não obrigatoriedade de cumulação das sanções previstas no art. 12 da LIA .....	302
» Não cumulatividade das sanções .....	302
» Necessidade de fundamentar cada sanção aplicada à luz da razoabilidade ..	303
» Adequação das sanções aos particulares (pessoas físicas ou jurídicas) .....	303
» Princípio da individualização da sanção .....	303
» Impossibilidade de aplicação de sanção em bloco .....	303
» Critérios para aplicação de sanção .....	303
» Critérios trazidos pela Lei nº 13.655/2018 .....	304
» Culpa ou dolo como influenciadores na dosimetria .....	304
» Critérios de valoração para a fixação da sanção. Utilização das normas de direito penal .....	304
» Utilização do art. 59 do CP como molde exemplificativo .....	304
» Circunstâncias agravantes .....	304
» Circunstâncias atenuantes .....	305
» Necessidade de fundamentação na dosimetria .....	305
» Aplicação total ou parcial das sanções .....	305
» Aplicação parcial das penalidades .....	305
» Gradação da sanção .....	305
» Individualização como garantia constitucional e necessidade de juízo individualizado de culpabilidade .....	305
» Individualização e fundamentação da pena .....	306
» Dosimetria: gravidade da conduta, extensão do dano e proveito patrimonial .....	306
» Dosimetria .....	306
» Sanção personalíssima .....	306
» Identidade de penas não viola o dever de motivação .....	306
» Identidade de condutas entre os réus e individualização da sanção .....	307
» Primada da realidade .....	307
» Análise da circunstância do passado .....	307
» Princípio da adequação punitiva .....	307
» Necessidade de adequação da sanção à gravidade do ato ímprobo .....	307

» Natureza do vínculo .....	307
» Pessoa jurídica e sanções compatíveis .....	308
» Impossibilidade de a sanção ultrapassar o patrimônio da sucessão .....	308
» Sucessão de responsabilidade se restringe ao ressarcimento .....	308
» Independência e concomitância de instâncias .....	308
» Independência de instâncias .....	308
» Concomitância de instâncias .....	308
» Princípio da independência das instâncias .....	309
» Esferas de responsabilização .....	309
» Aplicação de sanções disciplinares análogas .....	309
» Pluralidade de instâncias .....	309
» Não ocorrência de <i>bis in idem</i> pela aplicação conjunta da LIA e do Decreto-Lei nº 201/1967 .....	309
» Não ocorrência de <i>bis in idem</i> .....	310
» Ressarcimento pelo Tribunal de Contas e por via judicial .....	310
» Inexistência de <i>bis in idem</i> em condenação pelo mesmo fato pelo Tribunal de Contas .....	310
» Comunicabilidade de instâncias .....	310
» Influência do processo penal na ação de improbidade administrativa .....	311
» Independência, em regra, da esfera penal e administrativa .....	311
» Arquivamento de denúncia por falta de prova não impede a responsabilização administrativa .....	311
» Absolvção em processo criminal não impede instauração de ação de improbidade administrativa .....	311
» Julgamento pelo Tribunal de Contas .....	312
» Rejeição das contas .....	312
» Não vinculação às decisões dos Tribunais de Contas .....	312
» Julgamento pelo Tribunal de Contas não repercute no Judiciário .....	312
» Concomitância: improbidade administrativa e Tribunal de Contas .....	312
» Julgamento pelo Tribunal de Contas e LIA .....	312
» Aplicação de sanções e julgamento pelo Tribunal de Contas .....	313
» Ressarcimento em dobro. Impossibilidade .....	313
» Perda dos bens. Ausência de caráter punitivo .....	313

» Perdimento dos bens não configura sanção .....	313
» Hipóteses de aplicação .....	314
» Perdimento de bens como sanção autônoma .....	314
» Perda dos bens e ressarcimento integral .....	314
» Distinção .....	314
» Não confundir com confisco .....	314
» Alcance apenas dos bens e valores acrescidos ilicitamente .....	314
» Alcance aos frutos, produtos e bens fungíveis .....	314
» Alcance de outros bens ou valores .....	315
» Conversão da sanção de devolução de bem em ressarcimento .....	315
» Perda de bens licitamente adquiridos com dinheiro desviado .....	315
» Perdimento de bens adquiridos antes da conduta ímproba .....	315
» Ressarcimento integral do dano .....	315
» Medida que se impõe .....	315
» Ressarcimento. Natureza jurídica .....	315
» Natureza meramente reparatória do ressarcimento .....	316
» Ressarcimento como consequência do prejuízo causado independentemente de aplicação de sanção .....	316
» Reparação integral independente da natureza do dano .....	316
» Ressarcimento não é multa .....	316
» Diferenciação entre ressarcimento e multa civil .....	317
» Requisitos para o ressarcimento .....	317
» Ressarcimento como essência do tipo do art. 10 .....	317
» Dano indireto ao patrimônio público .....	317
» Dano moral e art. 11 .....	317
» Ressarcimento como consequência necessária .....	317
» Ressarcimento como consequência imediata e necessária .....	318
» Ressarcimento e perda dos bens .....	318
» Perdimento de bens e ressarcimento .....	318
» Ressarcimento e bens alcançáveis .....	318
» Impossibilidade de condenação à pena de devolução em dobro. Taxatividade do art. 12 da LIA .....	319
» Imprescritibilidade do ressarcimento .....	319

» Imprescritibilidade do ressarcimento de dano ao erário mesmo cumulado com ação de improbidade administrativa .....	319
» Imprescritibilidade do ressarcimento e prescrição quinquenal das demais sanções .....	319
» Ressarcimento espontâneo e extinção do processo .....	319
» Conseqüências do ressarcimento voluntário .....	320
» Ressarcimento espontâneo não afasta outras sanções .....	320
» Limite da herança transmitida .....	320
» Limites da herança .....	320
» Inexigibilidade de ressarcimento de pagamento devido .....	320
» Vantagem com justa causa .....	320
» Devolução de valores e locupletamento indevido da Administração Pública	321
» Ressarcimento indevido em situações que tenha ocorrido a contraprestação do serviço .....	321
» Reconhecimento do dano <i>in re ipsa</i> em razão da irregular dispensa de licitação. Não devolução do valor pago. " .....	321
» Efetiva prestação do serviço. Inexistência de dano .....	322
» Inexigibilidade de devolução em razão de trabalho realizado por servidor público nomeado irregularmente .....	322
» Dispensada reposição de valores percebidos de boa-fé .....	322
» Perda da função pública .....	322
» Aplicação somente ao agente público. ....	322
» Perda da função pública e rompimento do vínculo .....	323
» Perda e não suspensão da função pública. Rompimento do vínculo administrativo .....	323
» Extinção do vínculo jurídico .....	323
» Sanção como ruptura ou cessação compulsória do vínculo jurídico .....	323
» Hipóteses de aplicação .....	323
» Sanção a ser aplicada somente diante de condutas graves .....	323
» Necessidade de verificar a extensão do dano e o proveito obtido para determinar a perda da função pública .....	324
» Inaplicação de perda da função Pública. Distribuição de cestas básicas. Desproporcionalidade .....	324
» Perda da função pública em face de exigência de propina .....	324
» Perda da função pública. Alcance .....	324



» Alcance a todo tipo de vínculo .....	324
» Não aplicação a terceirizados .....	325
» Necessidade do trânsito em julgado .....	325
» Necessidade de explicitação da sanção pela sentença .....	325
» Perda da função pública como sanção autônoma. Suspensão parcial dos direitos políticos .....	325
» Necessidade que o ato seja praticada em razão da atuação como agente público .....	326
» Impossibilidade de se determinar a perda da função que não está relacionada com a conduta ímproba .....	326
» Impossibilidade de aplicação da LIA por ausência denexo causal entre a conduta ilegal e o exercício das funções inerentes à relação empregatícia ...	326
» Impossibilidade de retirar nova titulação. ....	326
» Perda da função pública que estiver exercendo no momento da condenação irreversível .....	327
» Ausência de decisão judicial não macula a demissão administrativa .....	327
» Não incidência da sanção de perda da função aos aposentados. Impossibilidade de interpretação extensiva das penalidades previstas no art. 12 da LIA .....	328
» Cassação de aposentadoria por processo administrativo .....	328
» Constitucionalidade de cassação de aposentadoria por ato de improbidade administrativa com fundamento na Lei nº 8.112/1990 .....	329
» Necessidade de verificação denexo causal .....	329
» Acumulação de cargo, emprego ou função .....	329
» Perda de outro cargo .....	329
» Alcance da sanção a todos os vínculos .....	329
» Perda apenas do vínculo comnexo causal com a conduta ímproba .....	330
» Suspensão dos direitos políticos .....	330
» Previsão constitucional .....	330
» Gravidade da sanção da suspensão dos direitos políticos e proporcionalidade .....	330
» Aplicação por ofensa a qualquer tipo de improbidade .....	330
» Mitigação da imposição da sanção em razão da sua gravidade. " .....	331
» Necessidade do trânsito em julgado para a suspensão dos direitos políticos. ...	331
» Necessidade de explicitação da sanção pela sentença .....	331

» Particularidade da sentença cível .....	331
» Inelegibilidade. Condenação em improbidade administrativa .....	331
» Inelegibilidade apenas em decorrência de ato doloso .....	331
» Inelegibilidade e suspensão dos direitos políticos. Distinção .....	332
» Diferença entre inelegibilidade e suspensão dos direitos políticos .....	332
» Requisitos para a inelegibilidade .....	332
» Concomitância: lesão ao erário e enriquecimento ilícito .....	332
» Enriquecimento do próprio agente público ou de terceiro .....	332
» A condenação por ato doloso fundada no art. 11 da LIA não caracteriza inelegibilidade .....	332
» Possibilidade de análise do enriquecimento pela Justiça Eleitoral quando silente a parte dispositiva do decísum da Justiça Comum .....	333
» Multa civil .....	333
» Importância da multa civil .....	333
» Parâmetros para fixação da multa .....	333
» Situação econômica do condenado .....	334
» Limites da sanção sobre entidades privadas .....	334
» Multa civil é opcional .....	334
» Natureza jurídica da multa e cuidado na sua fixação .....	334
» Natureza jurídica da multa .....	334
» Função cominatória e pedagógica da multa .....	334
» Multa como sanção autônoma .....	334
» Multa civil como sendo imperiosa nas hipóteses de improbidade do art. 11 ....	335
» Salário mínimo como base de cálculo da multa .....	335
» Utilização do salário mínimo como base de cálculo para pena de multa civil ....	335
» Destinação da multa para a pessoa jurídica lesada. ....	335
» Inscrição da multa em CDA .....	336
» A proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios .....	336
» Alcance da sanção .....	336
» Incidência em pessoas físicas e jurídicas .....	336
» Direcionamento da sanção .....	336
» Prazo da sanção .....	336

» Fixação dos prazos. Prazos máximos .....	337
» Necessidade do trânsito em julgado .....	337
» Necessidade de explicitação da sanção pela sentença .....	338
» Restrições distintas .....	338
» Sanções de conteúdo distintos. Necessidade de especificação .....	338
» Âmbito da restrição. ....	338
» Âmbito da restrição variável a depender da gravidade do ato ímprobo .....	339
» Invalidação do ato administrativo .....	339
» Cumulação de ações .....	340
» Decretação de nulidade mediante provimento declaratório ou desconstitutivo .....	340
» Legitimidade do Ministério Público para requerer a invalidação do ato administrativo ímprobo .....	340
» A Lei nº 13.655/2018 e a invalidação do ato ímprobo .....	340
» Necessidade de verificar a adequação da medida .....	341
» Motivação concreta .....	341
» Necessidade de pedido expreso .....	341
» Consequências da invalidação .....	341
» Modulação dos efeitos da invalidação .....	341
» Estabilização dos efeitos do ato ímprobo .....	342
» Estabilização dos efeitos da invalidação .....	342

### Art. 13

» Declaração de bens e valores dos agentes públicos .....	343
» Não violação à intimidade .....	343
» Acesso à declaração .....	343
» Acesso à toda declaração desde que com a devida motivação .....	343
» Declaração como mecanismo de prevenção de improbidade .....	343
» Declaração como instrumento de transparência .....	344
» Requisito para a posse .....	344
» Importância da individualização do patrimônio do agente público quando de seu ingresso no serviço público .....	344
» A posse no Estatuto dos Servidores .....	344

» Conteúdo da declaração .....	344
» A busca da verdade patrimonial .....	345
» Declaração anual entregue à Receita Federal como substituta .....	345
» Não configuração de quebra de sigilo. ....	345
» Atualização das informações constantes na declaração .....	345
» Dever de periodicamente apresentar declaração .....	345
» Guarda das declarações .....	346
» Consequências em caso de inobservância da norma .....	346
» Consequências em caso de recusa à apresentação da declaração ou de pres- tá-la falsamente .....	346
» Declaração incompleta .....	346
» Não apresentação da declaração como ato doloso .....	346

**Art. 14**

» Cumulação de investigações .....	347
» Legitimidade para a oferta de representação à autoridade competente .....	347
» O recebimento da representação não importa em automático ajuizamento de ação de improbidade administrativa .....	347
» A representação voltada à abertura de procedimento para a investigação de ato de improbidade administrativa não pode ser dirigida ao Poder Judi- ciário .....	348
» A legitimidade para propor investigação administrativa cabe apenas ao Mi- nistério Público e à pessoa jurídica vítima do ato de improbidade adminis- trativa .....	348
» O dever fundamental de colaboração .....	348
» O controle social .....	349
» A autoridade que poderá receber a representação .....	349
» Autoridade administrativa competente .....	350
» Omissão no encaminhamento de provas e documentos à autoridade com atribuição para presidir a investigação .....	350
» Improbidade administrativa e a Lei de acesso à informação .....	350
» Transparência ativa .....	351
» Responsabilização do agente público por inobservância à Lei de Acesso à Informação .....	351

» Improbidade administrativa contra prefeito municipal por descumprimento da obrigação de manutenção de portal de transparência .....	351
» Inexistência de ilegalidade na troca de informações entre órgãos de controle .....	352
» Requisitos da representação .....	352
» Procedimento administrativo e aplicação das sanções previstas no artigo 12, da LIA .....	353
» Requisitos para o recebimento da representação .....	353
» Representação anônima .....	353
» Representações anônimas dotadas de informações idôneas .....	354
» A necessidade de recebimento de representações anônimas idôneas .....	355
» Ausência de ilegalidade na instauração de procedimento a partir do recebimento de representação anônima .....	355
» As representações anônimas encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) .....	356
» Narrativa mínima dos fatos ilícitos contidos na representação .....	356
» A representação inepta .....	356
» Rejeição da representação .....	357
» Emenda à representação .....	357
» A representação rejeitada pela autoridade administrativa poderá ser reapresentada ao Ministério Público .....	357

**Art. 15**

» Dever de agir da comissão processante .....	358
» Controle externo sobre o procedimento administrativo .....	358
» Não há nulidade pela falta de comunicação ao Ministério Público ou Tribunal de Contas da existência de processo administrativo instaurado para apurar ato de improbidade administrativa .....	358
» Dever de se encaminhar ao Ministério Público informações sobre a prática de conduta criminosas .....	359
» A ausência de comunicação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas constitui mera irregularidade .....	359

**Art. 16**

» A medida cautelar de sequestro .....	359
--	-----

» Finalidade da medida .....	360
» Efetividade nas tutelas de urgência da LIA .....	360
» O poder geral de cautela e a efetividade da prestação jurisdicional .....	360
» Fundados indícios de responsabilidade .....	360
» Ausência de ofensa à presunção de inocência e ao direito à propriedade ...	361
» <i>Fumus boni iuris</i> e <i>periculum in mora</i> como requisitos ao deferimento da medida .....	361
» Necessidade de demonstração efetiva de que o requerido esteja dilapidando os seus bens .....	361
» O sequestro e a indisponibilidade de bens poderão ser decretados antes do recebimento da petição inicial .....	361
» Requisitos para o deferimento da medida cautelar: garantia da efetividade da tutela jurisdicional .....	362
» O sequestro e o <i>periculum in mora</i> .....	362
» Alcance da medida cautelar .....	362
» Possibilidade de a medida de indisponibilidade ou sequestro alcançar bens adquiridos anteriormente à prática do ato de improbidade administrativa .....	362
» Impossibilidade de a medida de indisponibilidade ou sequestro de bens alcançar bens adquiridos anteriormente à prática do ato de improbidade administrativa .....	363
» Necessidade de representação ao Ministério Público ou à respectiva Procuradoria .....	364
» A não vinculação do membro do Ministério Público à representação formulada pela autoridade administrativa .....	364
» A autoridade administrativa representa, o Ministério Público analisa e o Juiz decide sobre a indisponibilidade do bem .....	364
» A medida cautelar de sequestro de bens em nome de terceiros .....	364
» Alcance ao terceiro .....	364
» O tratamento trazido pela Lei n.º 9.613/98 .....	365
» A individualização dos bens sobre os quais recairá o sequestro .....	365
» Requerimento de sequestro e indisponibilidade de bens em caráter preliminar ou incidental .....	365
» Possibilidade de deferimento da medida cautelar de forma preparatória ou incidental .....	366
» Utilização indevida de bens sequestrados .....	366
» Ocorrência de dano a terceiro .....	366

» A decretação da medida <i>inaudita altera pars</i> .....	367
» Inaplicabilidade da Lei n.º 8.437/92 .....	368
» O rito do requerimento de sequestro no Código de Processo Civil .....	368
» Sequestro de bens no exterior .....	369
» Possibilidade de decretação da medida cautelar de cunho patrimonial nos casos de violação ao artigo 11, da LIA .....	369
» Impossibilidade de decretação da medida cautelar de cunho patrimonial nos casos de violação ao artigo 11, da LIA .....	370
» O dano <i>in re ipsa</i> .....	371
» Alienação antecipada de bens sequestrados .....	372
» Colaboração premiada em ações de improbidade administrativa .....	373

**Art. 17**

» Procedimento judicial .....	377
» Rito da ação principal .....	378
» Aplicação conjunta dos ritos previstos no CPC/2015 e na LIA .....	378
» Competência .....	378
» Competência absoluta fixada pelo foro do local do dano .....	379
» A competência deve ser fixada pelo local do ato ilícito .....	379
» Utilização analógica da Lei da Ação Civil Pública .....	380
» Competência definida pelo local do ato ilícito, ainda que o ente lesado possua sede na capital do Estado .....	380
» Competência absoluta em ações de improbidade administrativa .....	381
» Ato de improbidade administrativa com repercussão em locais diferentes ....	381
» Competência das ações com interesse da União .....	381
» Interesse da União em ação por ato de improbidade referente a desvio de verba federal transferida ao município .....	382
» Ausência de recolhimento de contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social .....	383
» Interesse da União. Aplicação indevida de verbas federais. Fiscalização pelo TCU .....	383
» Interesse da União em ação por ato de improbidade praticado por prefeito .....	383
» Interesse da União. Verba federal .....	384

» Fixação da competência da Justiça Federal .....	385
» Afastado o interesse da União sobrevém a competência da Justiça Estadual .....	385
» Competência para julgamento de ações de improbidade administrativa decorrentes de verbas repassadas pela União .....	385
» As Súmulas 208 e 209 do STJ .....	385
» Mitigação do teor das Súmulas 208 e 209 do STJ .....	386
» Necessidade de distinção (distinguishing) na aplicação das Súmulas 208 e 209, do STJ .....	387
» Legitimidade ativa .....	387
» Possibilidade de ampliação do rol de legitimados previsto no art. 17, da LIA, mediante uma interpretação sistemática com o art. 5º, da LACP .....	387
» O cidadão não possui legitimidade para a propositura de ação de improbidade administrativa .....	388
» Impossibilidade de ampliação do rol de legitimados previsto no art. 17, da LIA .....	388
» A legitimidade do Ministério Público .....	389
» Ministério Público como defensor do patrimônio público .....	389
» A legitimidade do Ministério Público para as ações de improbidade possui fundamento na CRFB .....	390
» Ministério Público possui legitimidade para a defesa do patrimônio público .....	390
» Súmula 329, do STJ .....	390
» A legitimidade do Ministério Público é concorrente e não subsidiária .....	390
» A legitimidade do Ministério Público é concorrente e disjuntiva .....	390
» A legitimidade do Ministério Público na tutela do patrimônio público .....	390
» Atuação litisconsorcial entre Ministérios Públicos .....	391
» Atuação litisconsorcial entre Ministérios Públicos Federal e Estadual na defesa da probidade administrativa .....	392
» O Ministério Público como autor de ações de ressarcimento decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa já prescritos .....	392
» O Inquérito Civil Público .....	393
» Natureza facultativa do Inquérito Civil .....	394
» Inquérito Civil e a inexistência de contraditório .....	395
» O rito do Inquérito Civil .....	395
» Requisitos de validade do Inquérito Civil .....	396



» A publicidade no Inquérito Civil .....	396
» Sigilo no Inquérito Civil .....	397
» Prestação de informações à imprensa e à sociedade .....	397
» A privacidade do investigado no Inquérito Civil .....	397
» O termo de ajustamento de conduta .....	397
» Vícios no Inquérito Civil e suas implicações no processo judicial .....	397
» Irregularidades apontadas no Inquérito Civil .....	398
» Vícios apontados na fase do Inquérito Civil não acarretam nulidade na ação principal .....	398
» Há contraditório no Inquérito Civil? .....	398
» Trancamento do Inquérito Civil .....	399
» Arquivamento do Inquérito Civil .....	400
» Arquivamento implícito do Inquérito Civil .....	400
» Controle do arquivamento do Inquérito Civil .....	401
» Desarquivamento do Inquérito Civil .....	401
» Recursos no Inquérito Civil .....	402
» Pessoa jurídica interessada vitimada pelo ato de improbidade administrativa .....	402
» Reduzida participação das pessoas jurídicas interessadas na defesa dos interesses da coletividade .....	403
» Interesse jurídico da pessoa jurídica interessada .....	403
» Legitimação <i>sui generis</i> da pessoa jurídica de direito público .....	404
» Faculdade para propor a ação por ato de improbidade administrativa ou representar ao Ministério Público .....	404
» Litisconsórcio entre colegitimados .....	404
» Litisconsórcio facultativo entre colegitimados .....	405
» O ente tributante como pessoa jurídica interessada (alteração promovida pela LC nº 157, de 29 de dezembro de 2016) .....	405
» Legitimidade passiva .....	406
» Ilegitimidade passiva da pessoa jurídica de direito público .....	407
» Pessoa jurídica como sujeito passivo na ação de improbidade administrativa .....	407
» O terceiro não pode figurar sozinho no polo passivo da ação de improbidade administrativa .....	409

» Impossibilidade de o particular figurar sozinho no polo passivo da ação de improbidade administrativa .....	409
» Beneficiário indireto do ato de improbidade administrativa .....	409
» Beneficiário indireto para os fins da Lei de Ação Popular .....	410
» Organização social como ré em ações de improbidade administrativa .....	410
» Impossibilidade de cônjuge ingressar na relação jurídica para defender sua meação .....	410
» Responsabilização de todos que induzem e concorrem para o ato ímprobo .....	411
» Legitimidade passiva do estagiário .....	411
» Desconsideração da personalidade jurídica .....	411
» Desconsideração inversa da personalidade jurídica .....	412
» Desconsideração da personalidade em casos de uso abusivo da pessoa jurídica .....	413
» Desconsideração da personalidade jurídica e indisponibilidade de bens .....	413
» Litisconsórcio entre agente público e terceiro partícipe ou beneficiado .....	413
» Existência de litisconsórcio necessário entre o agente público e o terceiro partícipe ou beneficiado .....	414
» Existência de litisconsórcio facultativo entre o agente público e o terceiro partícipe ou beneficiado .....	414
» Existência de litisconsórcio facultativo em ação de improbidade administrativa .....	415
» Ausência de disposição legal para formação de litisconsórcio passivo .....	416
» Desistência ou abandono da ação .....	416
» O Ministério Público possui a faculdade de escolher se assume o polo ativo da demanda em caso de desistência ou abandono pelo colegitimado .....	417
» Ministério Público em substituição ao polo ativo nos casos de desistência ou abandono da ação .....	418
» Prazo para a propositura da ação depois da efetivação da medida cautelar .....	419
» Não observância ao prazo previsto no art. 17, caput, da LIA, quando a medida cautelar não causar constrangimento à parte requerida .....	420
» Manutenção dos efeitos da cautelar de indisponibilidade de bens mesmo após o decurso do prazo de dias da efetivação da medida .....	421
» Efetivação da medida cautelar com a necessidade de mais de um ato de constringimento .....	421

» Prazo para ajuizamento da ação principal em situações de deferimento de várias medidas cautelares .....	421
» Análise da vedação à transação .....	422
» Transação em ações de improbidade administrativa com o objetivo de buscar a integral recomposição dos prejuízos causados à coletividade .....	424
» Composição em ato de improbidade administrativa de bagatela .....	425
» A indisponibilidade do bem jurídico tutelado .....	425
» Não é possível a realização de acordo em ações de improbidade administrativa .....	426
» O dever da Fazenda Pública de promover as ações de ressarcimento ao erário .....	426
» Ressarcimento integral e equivalente à extensão do dano .....	426
» A posição a ser adotada pela pessoa jurídica vitimada pelo ato de improbidade administrativa .....	426
» Alternativas de atuação da pessoa jurídica interessada nas ações de improbidade administrativa propostas pelo Ministério Público .....	427
» Obrigatoriedade de notificação da pessoa jurídica interessada para tomar ciência dos termos da ação proposta pelo Ministério Público .....	428
» Ausência de intimação da pessoa jurídica interessada em ações de improbidade administrativa propostas pelo Ministério Público não ocasiona nulidade .....	428
» Possibilidade do deslocamento da pessoa jurídica do polo passivo para o ativo .....	428
» Atuação do Ministério Público como órgão interveniente .....	429
» Nulidade do processo de improbidade administrativa em razão da não intervenção do Ministério Público .....	429
» Prevenção em relação à propositura de outras ações com idêntico objeto ..	431
» Prevenção do juízo .....	431
» Litispendência entre ações diversas com mesmo objeto, porém, aforadas por legitimados distintos .....	431
» Litispendência entre ações propostas pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual .....	432
» Propositura da ação como marco para a análise da prevenção .....	432
» Impossibilidade de desmembramento .....	433
» A ação popular não é fator impeditivo para a propositura de ação de improbidade administrativa .....	433

» Reconhecimento de continência entre ações populares e ações de improbidade administrativa .....	433
» Documentos necessários à propositura da ação .....	434
» Desnecessidade de apresentação de provas cabais no momento da oferta da petição inicial .....	434
» A correta narrativa dos fatos apresentados na petição inicial como requisito essencial ao exercício da ampla defesa .....	434
» Peculiaridades da ação de improbidade administrativa .....	434
» Apresentação de indícios suficientes de prática do ato de improbidade .....	435
» A apresentação da petição inicial não obriga o autor a juntar, desde logo, provas suficientes para a futura condenação, bastando o manejo de provas indiciárias .....	435
» Procedimento bifásico da LIA .....	435
» Existência de um contraditório vestibular nas ações de improbidade administrativa .....	435
» A defesa prévia .....	436
» Matérias que poderão ser alegadas na defesa prévia .....	437
» A fase preliminar da LIA .....	437
» A contagem do prazo em dias úteis, na forma do art. 219, do CPC/2015 .....	437
» O rito especial da LIA somente se aplica às típicas ações de improbidade administrativa .....	438
» A antecipação de contestação, em detrimento da defesa prévia, não gera nulidade .....	438
» Ausência de manifestação prévia não gera nulidade .....	438
» Possibilidade de abertura de vista ao Ministério Público após o recebimento da defesa prévia .....	438
» A contagem dos prazos processuais no CPC/2015 .....	438
» A injustificada existência do procedimento especial da LIA .....	439
» A defesa prévia como elemento redutor da eficiência da prestação jurisdicional .....	440
» A natureza civil da ação de improbidade administrativa não justifica a adoção do rito inspirado nos arts. 513 a 518, do CPP .....	440
» Ausência de notificação preliminar para a apresentação de defesa prévia .....	440
» A ausência de defesa prévia não gera nulidade absoluta .....	441
» A ausência de defesa prévia e a inocorrência de nulidade em respeito ao princípio da instrumentalidade das formas .....	441

» Ausência de defesa prévia gera nulidade relativa que demanda a comprovação do efetivo prejuízo .....	441
» A ausência de notificação prévia apenas invalida o processo quando comprovado o prejuízo .....	441
» Desnecessidade de defesa prévia quando a investigação houver sido precedida de Inquérito Civil ou procedimento administrativo .....	442
» A necessidade de observância à regra do art. 17, § 7º, da LIA, mesmo nos casos de ações de improbidade administrativa precedidas de inquérito civil ou procedimento administrativo .....	442
» Juízo de admissibilidade .....	443
» Fase inicial de admissibilidade da ação de improbidade administrativa .....	443
» Juízo de admissibilidade como característica primordial das ações de improbidade administrativa .....	443
» O contraditório prévio e a finalidade de se evitar a formação de lides temerárias .....	443
» Não é nula a decisão que recebe a inicial e analisa de forma sucinta a defesa prévia .....	444
» Juízo de admissibilidade negativo .....	444
» Indeferimento da petição inicial .....	444
» Rejeição da inicial .....	445
» Rejeição da petição inicial em razão da inadequação da via eleita .....	445
» Rejeição da petição inicial depois da análise dos argumentos do requerido .....	445
» Rejeição da petição inicial. Imputações abstratas .....	446
» Julgamento antecipado da lide .....	446
» Atecnia na expressão “rejeitar a ação” .....	447
» Necessidade de presença de indício mínimos do ato ímprobo para o recebimento da ação .....	447
» Recurso de apelação contra as sentenças de rejeição de ações de improbidade administrativa .....	447
» Inépcia da inicial. Necessidade de individualização das condutas. Inviabilidade do exercício da ampla defesa .....	447
» O recebimento da ação .....	448
» Fundamentação da decisão que recebe a petição inicial .....	449
» Necessidade de motivação da decisão que recebe a inicial de improbidade .....	449

» Índícios mínimos da ocorrência do ato ímprobo são suficientes ao recebimento da petição inicial .....	449
» Índícios de autoria e prova da materialidade suficientes ao recebimento da ação .....	449
» Narrativa precisa dos fatos ilícitos .....	450
» A presença de meros indícios do ato ímprobo é suficiente ao prosseguimento da ação .....	450
» A existência de indícios legitima o recebimento da inicial .....	451
» <i>In dubio pro reo</i> ou <i>in dubio pro societate</i> ? .....	451
» Juízo de admissibilidade e o princípio <i>in dubio pro societate</i> .....	452
» Na dúvida, o juiz deverá receber a inicial .....	455
» Contestação .....	455
» Impossibilidade de manejo de reconvenção em ações de improbidade administrativa .....	456
» Revelia .....	457
» A falta de contestação não ocasiona os efeitos da revelia .....	457
» Não incidência dos efeitos da revelia às ações de improbidade administrativa .....	457
» A indisponibilidade do direito que justifica o não reconhecimento dos efeitos da revelia .....	458
» Nomeação do curador especial .....	458
» Recurso contra a decisão que recebe a petição inicial .....	458
» Caberá Agravo da decisão que rejeita a defesa preliminar e recebe a petição inicial .....	459
» Interposição de mais de um recurso pela mesma parte contra a mesma decisão. Preclusão consumativa .....	459
» Recebimento parcial da ação de improbidade administrativa .....	459
» O julgamento antecipado do mérito nas ações de improbidade administrativa .....	460
» O julgamento antecipado do mérito no CPC/2015 .....	463
» Litigância de má-fé .....	463
» Reconhecimento de litigância de má-fé em ações de improbidade administrativa .....	463
» Extinção do processo sem julgamento de mérito .....	464
» Extinção do processo sem resolução de mérito, a qualquer tempo do processo .....	464

» Tomada de depoimentos de pessoas com foro privilegiado .....	465
» A regra do art. 221, do CPP, não se aplica à autoridade que esteja na condição de ré .....	466
» Perda da prerrogativa prevista no art. 221, do CPP, pela inércia da autoridade detentora de foro privilegiado .....	466
» Prova emprestada .....	466
» Utilização de provas emprestadas nos processos coletivos .....	467
» A economia processual como fundamento à utilização da prova emprestada .....	467
» Prova emprestada produzida na esfera criminal .....	467
» Possibilidade do uso de prova emprestada do processo criminal. Interceptação telefônica .....	468
» Prova emprestada e desnecessidade de identidade subjetiva entre os processos .....	469
» Utilização de prova emprestada em ações de improbidade administrativa .....	470
» Despesas processuais e honorários advocatícios .....	470
» Desnecessidade de adiantamento de despesas processuais nem pagamento de honorários advocatícios, salvo comprovada má-fé .....	471
» Condenação da parte vencida ao pagamento de honorários sucumbenciais .....	471
» Impossibilidade de condenação da parte autora sucumbente ao pagamento de honorários advocatícios .....	472
» Possibilidade de condenação da parte autora sucumbente ao pagamento de honorários advocatícios .....	473

**Art. 18**

» Efeitos da sentença de procedência .....	473
» Inexistência de efeito suspensivo em recursos de apelação .....	473
» Destinação dos bens e valores havidos ilicitamente .....	474
» Destinação dos valores decorrentes da imposição de multa civil .....	474
» A sentença de improcedência e o reexame necessário .....	474
» A improcedência nas ações de improbidade administrativa .....	475
» A remessa necessária nas sentenças de improcedência .....	475
» Incidência do reexame necessário às sentenças de improcedência .....	475
» Não incidência do reexame necessário às sentenças de improcedência .....	479

» Coisa julgada .....	480
» A coisa julgada nos processos coletivos .....	482
» A coisa julgada nas ações de improbidade administrativa .....	482
» A coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	483
» Inocorrência de formação de coisa julgada material nas ações julgadas im- procedentes por insuficiência de provas .....	483

**Art. 19**

» Oferta de representação contra quem sabe ser inocente .....	484
» Representação criminosa e a prescindibilidade de instauração de procedi- mento investigatório ou processo judicial .....	485
» A objetividade jurídica do tipo legal .....	485
» Análise da conduta dolosa de apresentar representação para a apuração de ato de improbidade administrativa tendo a ciência da inocência do repre- sentado .....	486
» A denúncia caluniosa especial prevista no art. 19, da LIA .....	486
» Denúncia caluniosa e necessidade de fixação do elemento subjetivo .....	487
» O dever de indenizar .....	487
» Denúncia caluniosa e o dever de indenizar .....	487

**Art. 20**

» Momento da perda da função pública e suspensão dos direitos políticos ....	488
» As sanções de perda da função pública e suspensão dos direitos políticos: momento para a execução .....	489
» A condenação por ato de improbidade passível de gerar a inelegibilidade prevista na Lei da Ficha Limpa .....	490
» O fundamento da perda da função pública para o agente ímprobo .....	490
» A pena de demissão recebida em processo administrativo disciplinar não se condiciona ao trânsito em julgado da ação judicial correspondente .....	490
» A necessidade do trânsito em julgado da sentença condenatória .....	491
» Afastamento cautelar do agente público .....	491
» O afastamento pode ser decretado em nível administrativo ou judicial .....	493
» Justificativas para o afastamento cautelar .....	493



» A medida de afastamento do cargo público tem caráter de excepcionalidade .....	494
» Afastamento cautelar de prefeito municipal .....	494
» Afastamento cautelar de parlamentares municipais .....	494
» A necessária e ponderada interferência do Poder Judiciário no Poder Executivo .....	494
» Possibilidade de dano efetivo à instrução processual como requisito da medida de afastamento do cargo público .....	495
» Afastamento preventivo do agente ímprobo. Medida acautelatória que não pode se prostrar no tempo .....	496

**Art. 21**

» Autonomia das sanções previstas na LIA .....	496
» Autonomia na aplicação das sanções previstas na LIA .....	497
» A análise das informações oriundas dos Tribunais de Contas .....	497
» A configuração do ato de improbidade administrativa ofensivo aos princípios regentes da Administração Pública independe da ocorrência de dano ao erário .....	498
» Desnecessidade de demonstração de dano ao erário ou enriquecimento ilícito do agente .....	498
» Necessidade de demonstração de dano ao erário ou enriquecimento ilícito do agente .....	498
» A atuação não jurisdicional dos Tribunais de Contas .....	499
» A ação dos Tribunais de Contas não vincula a atuação do Poder Judiciário ....	499

**Art. 22**

» Instauração de Inquérito Policial ou Procedimento Administrativo mediante requisição do Ministério Público .....	500
» O poder de requisição do Ministério Público .....	500
» A relevância do controle exercido pelo Ministério Público .....	501

**Art. 23**

» Prescrição .....	501
» Ato de improbidade praticado por mais de um agente .....	503

» A análise da prescrição deve ser feita isoladamente em relação a cada réu	503
» O termo inicial da prescrição começa a fluir após ter o último réu se desligado do serviço público .....	503
» As consequências advindas da prescrição .....	504
» O termo inicial da prescrição: ciência inequívoca pelo legitimado ativo à propositura da ação .....	504
» A data de instauração do Inquérito Civil como termo inicial da prescrição ..	505
» A prescrição e a improbidade administrativa .....	506
» Interrupção do prazo prescricional .....	506
» O ajuizamento da ação de improbidade é suficiente para interromper o curso da prescrição .....	507
» As regras referentes à prescrição do ato de improbidade administrativa também são aplicáveis ao terceiro partícipe ou beneficiado .....	508
» Do termo inicial da prescrição em relação ao terceiro partícipe ou beneficiado .....	508
» A medida cautelar de protesto e a interrupção da prescrição .....	508
» Não cabe recurso contra procedimento de jurisdição voluntária de cautelar de protesto .....	510
» Prescrição intercorrente .....	510
» Impossibilidade de reconhecimento da prescrição intercorrente em ações de improbidade administrativa .....	511
» Ausência de previsão legal que justifique a prescrição intercorrente .....	511
» A imprescritibilidade das ações voltadas ao ressarcimento ao erário .....	512
» A hegemonia constitucional quanto à imprescritibilidade das ações de ressarcimento dos prejuízos causados ao patrimônio público .....	515
» A dicotomia imposta pela CRFB ao tratamento da punição aos atos de improbidade e à recomposição dos prejuízos causados ao erário .....	515
» A imprescritibilidade das ações de ressarcimento como garantia da coletividade .....	515
» Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento pelos danos causados ao Poder Público decorrentes de atos dolosos de improbidade administrativa ....	515
» Prescindibilidade de propositura de ação autônoma para pleitear o ressarcimento ao erário, mesmo diante de ato de improbidade já prescrito .....	517
» A regra da imprescritibilidade alcança apenas a obrigação de ressarcimento aos cofres públicos, não sendo aplicada às demais sanções previstas no art. 12, da LIA .....	518

» A repercussão geral reconhecida pelo STF para as ações de ressarcimento ao erário já prescritas não se aplica às ações de improbidade administrativa .....	518
» O conhecimento de ofício da prescrição .....	518
» A prescrição para o terceiro beneficiado ou partícipe .....	520
» A ausência de previsão expressa na LIA sobre a prescrição em relação aos terceiros não torna a ação imprescritível .....	521
» As regras referentes à prescrição do ato de improbidade administrativa também são aplicáveis ao terceiro partícipe ou beneficiado .....	522
» Do termo inicial da prescrição em relação ao terceiro partícipe ou beneficiado .....	522
» Termo inicial da prescrição do terceiro em caso de reeleição do agente público .....	522
» O início da contagem do prazo da prescrição em caso de ato de improbidade administrativa praticado por Presidente de Câmara Municipal .....	523
» O início da contagem do prazo da prescrição em caso de mandatos eletivos descontínuos .....	524
» Prescrição do ato de improbidade que igualmente configure crime .....	524
» Quando também se tratar de fato-crime, conta-se o prazo prescricional da lei penal .....	525
» O reconhecimento do prazo prescricional da infração disciplinar igualmente definida como crime, independe de instauração de ação penal .....	526
» Para o reconhecimento do prazo prescricional da infração disciplinar igualmente definida como crime é imprescindível a instauração de ação penal ..	527
» A aplicação da prescrição deverá ser regulada pela pena em concreto .....	527
» A aplicação da prescrição deverá ser regulada pela pena em abstrato .....	527
» Prescrição do ato de improbidade praticado por ocupante de cargo em comissão ou função de confiança .....	528
» O rol do art. 23, inc. I, da LIA, não é exaustivo .....	529
» Cargos em comissão sucessivos e o início da contagem da prescrição .....	530
» Determinação do prazo prescricional para agente público ocupante de cargo efetivo que esteja no exercício de cargo em comissão ou de função de confiança .....	530
» Prescrição do ato de improbidade administrativa praticado por servidor efetivo ou empregado público .....	530
» A prescrição para os agentes públicos dotados de vínculo de permanência com o Estado .....	531

» O prazo prescricional para o ajuizamento de ações de improbidade administrativa contra empregados de empresas públicos .....	531
» Análise da prescrição decorrente de condutas ilícitas de empregados públicos .....	531
» Prescrição do ato de improbidade praticado por ocupante de mandato eletivo .....	531
» A prescrição em caso de reeleição para o mesmo cargo .....	532
» O início da contagem do prazo da prescrição em caso de reeleição para mandato eletivo .....	533
» Prescrição do ato de improbidade vinculado às entidades referidas no parágrafo único, do art. 1º, da LIA .....	534
» O prazo prescricional para empregados de pessoas jurídicas de direito privado não integrantes da Administração Pública .....	535

**Art. 24**

» Vigência .....	535
» A irretroatividade da Lei de Improbidade Administrativa .....	535

**Art. 25**

» Revogações .....	536
» Aplicação de legislação anterior .....	536
» A análise dos atos ilícitos praticados sob a égide das Leis nºs 3.164/57 e 3.502/58 .....	536

**Casuísticas**

» Possibilidade de avaliação de improbidade administrativa em PAD .....	537
» Possibilidade de avaliação de improbidade administrativa a partir do Estatuto do Servidores .....	537
» Servidor público “fantasma” (nomeação fictícia) .....	538
» Servidor-fantasma. Responsabilização do agente político nomeante e do agente público nomeado .....	538
» Não recolhimento de contribuição previdenciária Não configuração de improbidade administrativa .....	539

» Não recolhimento de contribuição previdenciária. Ausência de recursos financeiros. Não caracterização de improbidade .....	539
» Infração de trânsito. Estado de necessidade .....	540
» Festa de confraternização entre vereadores e servidores configuração de improbidade administrativa .....	540
» Conduta praticada antes de novel entendimento jurisprudencial. Não configuração de improbidade administrativa. Nepotismo Nomeação de parente antes da Súmula Vinculante nº 13 não configura improbidade .....	541
» Majoração de subsídios de agentes políticos em contrariedade à Constituição. Improbidade Administrativa. Controle de ato legislativo de efeito concreto .....	542
» Majoração de remuneração com posterior transformação em ajuda de custo. Ressarcimento .....	543
» Alteração de Plano Diretor Urbano (PDU). Necessidade de comprovação do dolo específico nos casos de improbidade legislativa por aprovação de lei de efeito concreto .....	544
» Recebimento de cheque de particular por agente público. Não comprovação do dolo .....	545
» Não cumprimento de carga horária mesmo com compensação em finais de semana. Configuração de improbidade .....	546
» Recebimento de gratificação indevida para executar com mais eficiência sua atribuição. Oficial de justiça .....	546
» Despesa sem prévio empenho .....	547
» Omissão de prestação de contas .....	547
» Utilização de verba de convênio para quitar folha de pagamento .....	547
» Utilização de verba de convênio para atender despesa sem previsão no objeto convencional mas com interesse público .....	548
» Não configuração de improbidade administrativa em propaganda que se restringe a informar mudança de endereço da Câmara Legislativa .....	548
» Mero atraso de prestação de contas não configura improbidade administrativa .....	549
» Necessidade de correta liquidação da despesa .....	549
» Improbidade na pintura de bens públicos com as mesmas cores de campanha política .....	550
» Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária .....	550
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>553</b>
<b>Índice Remissivo .....</b>	<b>571</b>